



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO)

LAURA GONÇALVES BARÃO

COLONIZAÇÃO, REPRESSÃO E MERCANTILIZAÇÃO: um estudo do impacto neoliberal sobre as relações de trabalho no Brasil (1990-2020) e as contribuições das dimensões 'colonialismo' e 'patriarcado' à discussão

RIO DE JANEIRO

2021



LAURA GONÇALVES BARÃO

COLONIZAÇÃO, REPRESSÃO E MERCANTILIZAÇÃO: um estudo do impacto neoliberal sobre as relações de trabalho no Brasil (1990-2020) e as contribuições das dimensões 'colonialismo' e 'patriarcado' à discussão

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política. Área de concentração: Relações Internacionais e Política Mundial.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Pereira da Silva

Rio de Janeiro

2021

LAURA GONÇALVES BARÃO

COLONIZAÇÃO, REPRESSÃO E MERCANTILIZAÇÃO: um estudo do impacto neoliberal sobre as relações de trabalho no Brasil (1990-2020) e as contribuições das dimensões 'colonialismo' e 'patriarcado' à discussão

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política. Área de concentração: Relações Internacionais e Política Mundial.

Aprovada em ____/____/2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fabricio Pereira da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Prof. Dr. Andrés Del Rio
Universidade Federal Fluminense - UFF.

Prof^a: Dr^a: María del Carmen Villarreal Villamar
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

G Gonçalves Barão, Laura
COLONIZAÇÃO, REPRESSÃO E MERCANTILIZAÇÃO: um estudo do impacto neoliberal sobre as relações de trabalho no Brasil (1990-2020) e as contribuições das dimensões ?colonialismo? e ?patriarcado? à discussão / Laura Gonçalves Barão. -- Rio de Janeiro, 2021.
76

Orientador: Fabricio Pereira da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2021.

1. neoliberalismo. 2. colonialismo. 3. patriarcado. 4. relações de trabalho . I. Pereira da Silva, Fabricio , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, pela oportunidade de experienciar uma vivência que tanto me acrescentou e me transformou como pessoa, para muito além da vida acadêmica.

Agradeço do fundo do meu coração e com todas as forças ao meu pai Geraldo Magela Barão e a meu avô José Antônio Gonçalves (em memória) que, mesmo não podendo estar presentes fisicamente para me ver defender minha dissertação, estarão comigo em pensamento. Vocês que sempre foram meus maiores incentivadores para seguir com meus estudos e sonhos, espero que saibam que faço por vocês e espero que saibam que são e sempre serão minha inspiração e meus heróis.

Agradeço muito ao apoio da minha mãe, Jeanne Maria Gonçalves Barão, sempre transbordando amor e incentivo a cada palavra e atitude. Pelos tantos conselhos, puxões de orelha, sacrifícios, e incontáveis palavras de força, muitíssimo obrigada. Espero um dia poder ser capaz de retribuir a altura.

Agradeço a minha irmã Helena Gonçalves Barão e ao pequeno Davi Patrezi Barão, por juntamente à minha mãe, Jeanne, unirem forças para continuar fazendo da nossa família um porto seguro. A força de vocês me sustenta e me guia. Agradeço muito por me ensinar tanto e fazê-lo sempre da forma mais leve, bem humorada e despretensiosa do mundo.

Agradeço imensamente ao professor Fabricio Pereira por todos os ensinamentos e paciência desde a minha entrada na universidade no mestrado. Aprendi muito com você e amadureci no processo como jamais imaginei. Espero futuramente termos a oportunidade de produzirmos juntos. Desde a escolha do programa já sabia que gostaria de pedir sua orientação e encerro esse ciclo feliz de ter tomado a decisão correta.

Agradeço ao professor Andrés Del Rio e a professora María Villarreal pela sabedoria da balança perfeita entre professores e amigos com conselhos recorrentes, horizontes apresentados, incentivos que me faziam acreditar que eu posso mais. Ainda agradeço pelos choques de realidade que me fizeram botar os pés no chão no momento da qualificação com tanta sutileza e generosidade e pelo senso crítico despertado, muito obrigada!

Quero agradecer também às entrevistadas Adriana Martins, Graciela

Rodriguez e Edmeire Exaltação pelo seu tempo, carinho e dedicação a me ajudar com esta pesquisa. Aproveito também para parabenizar pela força e coragem do seu trabalho de politização e militância feminista e antirracista tão importante neste país.

Agradeço ao meus amigos irmãos Wanderley Júnior, Luiza Machado e Márcia Charneski por me incentivarem sempre. Por ouvir cada desabafo, por me mostrar que rir é sempre o melhor remédio, por acreditar em cada uma das loucuras que me surgiram a mente, por lutar ao meu lado pra que elas viessem a se tornar realidade, por estar ao meu lado quando passei por momentos tão pesados quanto foram este período pandêmico.

Agradeço imensamente ao meu namorado, Alan Lourenço, que acompanhou e acreditou nesse desafio do mestrado e tomou para si o planejamento como se desde o início fosse um sonho seu. Te amo e quero você pra sempre na minha vida!

Obrigada aos meus familiares, em especial ao meu avô Gilberto Barão e a minha avó Augusta Tolentino por todo o incentivo, todo o carinho, todos os conselhos, toda a ajuda ao longo desse processo. Na compreensão da distância e na presença apesar dela. Quero dizer que esta conquista é nossa, pois sem vocês ela seria impossível! Obrigada por serem meu alicerce todos estes anos. Obrigada por sempre me apoiarem, ajudarem no que era preciso, pelo incentivo a luta e estudos da política, por me darem perspectiva quanto a história, por me ensinarem tanto na prática sobre empatia e amor ao próximo. Amo vocês! Muito obrigada, de coração!

Muito obrigada às parcerias e amizades feitas no mestrado que levarei para a vida: Mateus, Mário, Stephany, Maíra, Ernani e Michael. Vocês são incríveis. Espero trabalhar e produzir bastante com vocês, assim como os desejo um futuro brilhante. Vocês são incríveis e foram fundamentais para esse fechamento de ciclo, especialmente durante esse momento pandêmico que nos fez estender o encerramento mais do que desejávamos.

ESSA CONQUISTA É NOSSA!

MINHA MAIS SINCERA GRATIDÃO,

Laura Gonçalves Barão

BARÃO, Laura Gonçalves. **COLONIZAÇÃO, REPRESSÃO E MERCANTILIZAÇÃO: um estudo do impacto neoliberal sobre as relações de trabalho no Brasil (1990-2020) e as contribuições das dimensões ‘colonialismo’ e ‘patriarcado’ à discussão.** 2021. 76 f. Dissertação de Mestrado (Ciência Política) – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender a complexidade dos efeitos neoliberais sobre as relações trabalhistas, tendo sido feito para tanto um estudo do acumulado histórico de 1990 até 2020, tomando em consideração as dimensões ‘colonialismo’ e ‘patriarcado’. Partimos da premissa de que pensar as relações de trabalho a partir de uma noção de classe que contemple em si os elementos raça e gênero permite um aprofundamento do debate em comparação a uma discussão estritamente econômica. Se tratou de uma pesquisa qualitativa, de caráter diacrônico e sincrônico baseada em pesquisa bibliográfica. Foram utilizados também dados secundários relativos ao impacto neoliberal sobre as relações de trabalho (1990-2020) no Brasil, assim como dados primários, na forma de entrevistas semiabertas. Como resultado, constatamos uma relação diretamente proporcional entre a investida neoliberal e o desequilíbrio de forças entre as partes envolvidas nas relações de trabalho, seja no campo formal ou informal, especialmente para mulheres, negros e indígenas.

Palavras-chave: Classe trabalhadora. Colonialismo. Neoliberalismo. Patriarcado. Relações de trabalho.

BARÃO, Laura Gonçalves. **COLONIZATION, REPRESSION AND COMMERCIALIZATION: a study of the neoliberal impact on labor relations in Brazil (1990-2020) and the contributions of the 'colonialism' and 'patriarchy' dimensions to the discussion.** 2021. 76 f. Dissertação de Mestrado (Ciência Política) – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ABSTRACT

This research aimed to understand the complexity of the neoliberal effects on labor relations, having been made, for this purpose, a study of the historical accumulated from 1990 to 2020, taking into account the dimensions of 'colonialism' and 'patriarchy'. We have started from the premise that thinking the labour relations from a class perspective that embraces into itself the elements of race and gender allows a deepening on the debate when compared to a strictly economic discussion. The given paper was a diachronic and synchronous qualitative research based on bibliographic research. Secondary data on the neoliberal impact on labor relations (1990-2020) in Brazil were also used, as well as primary data, in the form of semi-open interviews. As results, we found a directly proportional relationship between the neoliberal onslaught and the imbalance of forces between the parties involved in labor relations, whether in the formal or informal field, especially for women, blacks and indigenous peoples.

Keywords: Working class. Colonialism. Neoliberalism. Patriarchy. Labor relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CadÚnico	Cadastro Único
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EC	Emenda Constitucional
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
MBU	Movimento Negro Unificado
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PDI	Programa de Demissões Incentivadas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
RANI	Registro Administrativo de Nascimento de Indígena
SA	Sistema de Acumulação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE	14
Nota Inicial ao Leitor	14
1.1 Neoliberalismo enquanto elemento internacional e histórico em construção	15
1.2 A Conciliação de Interesses entre o Neoliberalismo e as Elites Brasileiras	19
1.3 Sobre as primeiras transformações do Neoliberalismo Brasileiro	21
1.4 As tensões entre o neoliberalismo e os conceitos de raça e gênero	22
1.5 O Neoliberal, o Negacionismo e o Efeito de Isolamento	26
CAPÍTULO 2 – PROBLEMATIZAÇÃO DE DADOS	31
2.1 Políticas trabalhistas versus relações de trabalho	31
2.2 Cidadania, emprego e renda	32
2.3 Análise de ciclos	36
2.3.1 Ciclo 1 (1990 – 2002)	36
2.3.2 Ciclo 2 (2011 - agosto, 2016).....	38
2.3.3 Ciclo 3 (setembro de 2016 – até fim de 2020)	44
CAPÍTULO 3 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS VIA ENTREVISTAS	50
3.1 Entrevistadas	51
3.2 Percepções Gerais Sobre o Neoliberalismo Brasileiro	52
3.3 A Cara e o Corpo da Classe Trabalhadora Brasileira	55
3.4 Pandemia.....	57
3.5 Integralidade do debate versus sectarismo.....	60
3.6 Precarização	62
3.7 Informalidade	63
3.8 O papel dos movimentos sociais	65
3.9 Mensagem a classe trabalhadora	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo é o conceito central dessa dissertação, pois norteia o objeto de estudo e fundamenta a estrutura da organização deste trabalho. Contudo, não existe até hoje um consenso quanto ao seu significado, sendo discutido e transformado constantemente ao longo do tempo (ANDRADE, 2019). De forma particular, o neoliberalismo tem como característica a própria incompletude, sendo essa não uma fraqueza, mas uma das características mais fortes do sistema, pois flexibiliza sua adaptação a diferentes contextos e localidades (CLARKE, 2008; VENUGOPAL, 2015; ANDRADE, 2019).

Se por um lado mostra-se complexo pensar o mundo do trabalho recente sem passar pelo neoliberalismo, analisar o mundo do trabalho anterior a este modelo é identificar estruturas históricas de opressão que se perpetuam. A compreensão do neoliberalismo, portanto, leva ao entendimento das relações de trabalho no atual contexto não como mero recorte, mas como consequência de uma série de desencadeamentos histórico sociais que resultaram na presente conjuntura analisada. Logo, compreender estruturas históricas de opressão arraigadas ao tecido social brasileiro, como o colonialismo e o patriarcado é, não só desejável, mas de fato, essencial para perceber a composição das dimensões da classe trabalhadora, assim como para se mensurar o significado de um Estado mínimo em um contexto periférico tal qual nos cabe.¹

Ressalta-se, de antemão, que este trabalho parte da ideia de que a separação entre classe, raça e gênero é uma abstração. Se trata de buscar uma visão integral dos indivíduos dentro de um contexto histórico social. A classe, por si só já deve abarcar as dimensões de gênero e raça como parte de si, sendo uma análise meramente econômica uma visão limitante e incompleta do conceito. Não se trata de uma crítica economicista, mas de um resgate da ideia de integralidade dos sujeitos em suas composições como classe.

Marx (1984) registra que as condições burguesas de produção se materializam em inúmeras formas empíricas particulares que estão relacionadas com a própria base material que precede a transformação capitalista de um país, de seu papel na

¹ Por razões estruturais hegemônicas, a forma em que o modelo se comporta em países centrais e em países chamados “em desenvolvimento” já seria por si só distinta. Contudo, para além dessa obviedade, o fator histórico-cultural sempre afetará a forma final do modelo.

divisão internacional do trabalho e das condições de raça. Logo, o conceito de classe deve dar conta da totalidade histórico concreta da realidade dos indivíduos dentro de todo e qualquer contexto particular de relações de produção. Estas relações de produção, per se, não existem sem formas sociais, políticas, culturais, jurídicas, ideológicas associadas, que se estruturam e asseguram a reprodução das condições de vida de uma determinada região e grupo.

Já as relações burguesas são pautadas na propriedade privada, na dominação dos meios de produção, na exploração da força de trabalho e na apropriação das riquezas produzidas pela classe trabalhadora na base da pirâmide social. Esta estrutura se firma e se repete ao longo da história e da transformação do capitalismo. Contudo, a forma histórico concreta de realização dessas condições muda de localidade para localidade, de acordo com as características de formação econômico-social (MARX, 1984).

Dessa forma, a análise de qualquer modelo político-econômico, com efeitos sociais que materialize as condições capitalistas deve se dar se atendo ao contexto o qual este sistema se insere. Pensando o neoliberalismo, como um desses modelos dentro do cenário periférico brasileiro, e percebendo incorporação neoliberal dessas estruturas de opressão e de negação dos indivíduos como seres integrais, heterogêneos e complexos perante suas múltiplas dimensões como classe que compõem (POULANTZAS, 2019), este trabalho traz tal modelo como objeto de estudo e expressa quatro preocupações centrais: i) o esvaziamento do debate do neoliberalismo ocasionado pela busca de definições fechadas do conceito quanto a seu significado e com superficial abrangência das particularidades histórico materiais do contexto geográfico observado; ii) o avanço do aparato de opressão das estruturas colonialistas e patriarcais no mundo do trabalho brasileiro atual; iii) o neoliberalismo como estrutura que se beneficia e retroalimenta (d)as históricas opressões do colonialismo e o do patriarcado no contexto brasileiro; iv) a predominância da interpretação do neoliberalismo a partir do viés econômico, com baixa representatividade da narrativa dos trabalhadores em questão para construir ou ao menos, confrontar a teoria - de modo a testar sua validade - inicialmente estruturante do estudo.

Assim, este trabalho tem como objetivo pensar o impacto do neoliberal sobre as relações de trabalho no Brasil, assim como demonstrar as contribuições do estudo das dimensões 'colonialismo' e 'patriarcado' à discussão. Apesar de tais estruturas

não se restringirem ao contexto brasileiro, este trabalho se focalizará nesta delimitação geográfica, haja vista a importância do contexto histórico material para a análise do objeto estudado.

Quanto ao recorte temporal adotado, será tomado em consideração o período a se iniciar em 1990 até o ano de 2020. Optou-se por dar início a análise no dado ano pois marca o início de uma década de intensas transformações no direcionamento de políticas sociais e econômicas no país, assim como em seu reposicionamento no cenário internacional cada vez mais “dominado” e alinhado pela cartilha neoliberal dos países do capitalismo central. Toma-se também em consideração o fato de ser o início de uma década marcada pela redemocratização do país, após mais de duas décadas sob o controle de um regime civil militar (1964-1985).

Espera-se que este trabalho possa ser ferramenta no auxílio da reflexão quanto às estruturas neoliberais, para além do seu caráter econômico, possibilitando perceber as múltiplas dimensões que compõe a classe trabalhadora brasileira. Porém, sobretudo, que ajude a perceber as particularidades das nossas relações de trabalho a partir da realidade local periférica que nos cabe, atendo às estruturas sociais e históricas de opressão - colonialismo e patriarcado - que aqui estavam ao longo do processo de instauração neoliberal no país e que moldaram o decurso social o qual o neoliberalismo se inseriu.

Metodologicamente, se trata de uma pesquisa qualitativa, composta por um estudo de caso baseada em pesquisa bibliográfica e estruturalmente teórica. Serão utilizados dados secundários relativos ao impacto neoliberal sobre as relações de trabalho (1990-2020) no Brasil, assim como dados primários, na forma de entrevistas.

A primeira seção deste trabalho terá o propósito de alinhar o marco teórico pretendido para o conceito neoliberalismo, fazendo uma apresentação da evolução do sistema desde um cenário macro, internacional. Pretende-se assim, demonstrar, brevemente, a evolução dos debates travados a respeito da temática, bem como sua conexão direta com as relações de trabalho, servindo também de espaço para esclarecimentos de limitações de abordagem dentro da temática.

Já na segunda seção o foco se direcionará ao aprofundamento do debate dentro do contexto particular brasileiro, fazendo assim uma apresentação das partes. De um lado, serão apresentados dados empíricos, na forma de estatísticas e indicadores, com o objetivo de projetar uma fotografia mais evidente das características das dimensões que compõe a classe trabalhadora no Brasil, assim

como suas transformações ao longo do período analisado. Do outro lado, pretende-se apresentar como tais formas dão ao neoliberalismo brasileiro particularidades, ainda que este siga, em essência, com a reprodução burguesa e patriarcal nas relações de trabalho.

Serão problematizados ainda neste segundo momento, os desafios que tal relação impõe à classe trabalhadora a partir da análise de políticas neoliberais aplicadas neste período, segmentando-o em três ciclos. O primeiro de 1990 a 2002, da posse de Collor à eleição de Lula. O segundo de 2003 a primeira metade de 2016, da posse de Lula a queda de Dilma. E o terceiro da segunda metade de 2016 até 2020, do Golpe de Estado sofrido por Dilma até a primeira metade do governo Bolsonaro.

Na seção subsequente, serão apresentadas entrevistas coletadas com três ativistas feministas e antirracistas, organizadas em movimentos sociais já existentes e/ou por elas criados. Com isso pretende-se, por meio de dados primários, criar um mecanismo de teste e verificação da teoria até então estruturante da pesquisa, de modo a captar novos olhares, perceber eventual ausência de problematização de determinados conceitos ou até mesmo reavaliar hipóteses. Ainda que em pequena medida, pretende-se também gerar um espaço para projeção das vozes dos trabalhadores quanto a suas vivências, desafios e particularidades dimensionais frente ao mundo neoliberal do trabalho. Estas entrevistas serão semiabertas, com a intenção de trazer profundidade ao debate. A apresentação detalhada de cada uma das entrevistadas será devidamente feita no Capítulo 3 dessa dissertação.

Além de membras de movimentos sociais, as entrevistadas cumpriram o critério de ter pelo menos 45 anos de idade e estarem organizadas em movimentos sociais há, no mínimo, 30 anos, com participação ativa nos mesmos. É previamente expresso que estas trabalhadoras não são porta-vozes destes movimentos sociais dos quais fazem parte. O critério etário parte da avaliação e valorização da experiência dentro do mundo do trabalho como ferramenta empírica para o aprofundamento analítico sobre determinadas particularidades do sistema neoliberal. Já o tempo mínimo de participação prevê uma coerência quanto a necessidade de possuir experiência a ser compartilhada a respeito da temática dentro do recorte temporal proposto neste trabalho.

Por fim, foram realizadas as considerações finais. Nesta seção, foram retomadas as principais discussões deste trabalho e avaliadas as construções e

contribuições feitas. Ao fim, foi realizada a confirmação ou refutação da hipótese inicialmente apresentada.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE

Nota Inicial ao Leitor

Este trabalho parte da ideia de que a separação entre classe, raça e gênero é uma abstração. Se trata de buscar uma visão integral dos sujeitos dentro de um contexto histórico social. A classe, por si só já deve abarcar as características de gênero e raça como parte de si, sendo uma análise meramente econômica uma visão limitante e incompleta do conceito.

Trabalhou-se também com a ideia de que as estruturas ou conceitos não têm definição fechada em si. Foi realizada assim, por considerar não ser possível afirmar que uma definição, enquanto abstração teórica de representação da realidade concreta, daria conta de todas as formas existentes daquele conceito no tempo/espaço, como também não seria possível paralisar a constante movimentação e transformação da própria estrutura, ou ainda das estruturas que se correlacionam com o objeto analisado. Assim, os conceitos serão trabalhados por via de explicações de conjuntura, buscando se entender como estes se dão e se inter-relacionam dentro da realidade da movimentação histórica, visando ser justos as variadas disputas de narrativa em torno do objetivo de estudo e suas múltiplas dimensões.

Dessa forma, este trabalho partiu da ideia que a compreensão de qualquer modelo político-econômico, com efeitos sociais que materializem as condições capitalistas deve se dar, atendo-se ao contexto o qual este sistema se insere. Pensando o neoliberalismo como um desses modelos dentro do cenário periférico brasileiro que nos cabe, e percebendo incorporação neoliberal dessas estruturas de opressão e de negação dos sujeitos como seres integrais, heterogêneos e complexos perante suas múltiplas dimensões como classe que compõem, esta dissertação traz tal modelo como objeto de estudo.

Assim, o capítulo inicial deste trabalho tem como objetivo pensar, a princípio teoricamente, o neoliberalismo enquanto estrutura dependente e, ao mesmo tempo, instrumental da constante atualização das relações de racialização e sexualização sobre a classe trabalhadora no Brasil no acúmulo histórico de 1990 a 2020. Trata-se, portanto, de demonstrar porque pensar as estruturas de trabalho a partir de duas dimensões históricas de determinismo de narrativas, o colonialismo e o patriarcado,

ainda segue fazendo sentido, dentro de um país periférico, dominado pelo liberalismo auto intitulado neo².

1.1 Neoliberalismo enquanto elemento internacional e histórico em construção

O neoliberalismo é o conceito central dessa dissertação, pois norteia o objeto de estudo e fundamenta a estrutura da organização deste trabalho quanto aos seus capítulos. Sendo o modelo que fundamenta a lógica de comportamento e produção de políticas externas e domésticas de uma parcela considerável dos países do mundo atualmente, tornou-se um conceito amplamente discutido, sendo por vezes até mesmo esvaziado de seu sentido original, haja vista o uso impreciso, ou mesmo equivocado, do conceito como sinônimo de tantos outros.

Assim, faz-se aqui, primeiro de tudo, uma breve reconstrução temporal, não da definição de neoliberalismo, mas de seu comportamento enquanto elemento internacional e histórico em construção. O objetivo é aproximar objeto de significado e potencializar alguns debates futuros sobre a temática.

De acordo com Andrade (2019), o neoliberalismo se inicia como ideias tímidas pela década de 30 e pouco a pouco começa a ganhar força entre liberais, por um novo modelo de capitalismo. O autor ressalta, contudo, que mesmo entre seus apoiadores, surgiram mais debates por uma definição do conceito do que de fato um consenso. O autor usa como exemplo os debates do Colóquio Walter Lippmann (1939) e a da Sociedade de Mont Pelerin (1947)³.

Ordoliberais de Freiburg, Escola Austríaca, Escola de Chicago e representantes da London School of Economics e da Manchester School compartilhavam a mesma utopia de livre mercado e a mesma posição contrária ao intervencionismo econômico e ao planejamento estatal centralizado (keynesiano, socialista ou desenvolvimentista), mas não tinham

² Segundo Armando Boito Júnior, em sua obra *Hegemonia neoliberal e Sindicalismo no Brasil*: “O neoliberalismo reativa e faz uso novo, isto é, numa situação histórica nova marcada pelo capitalismo monopolista e pela expansão dos direitos sociais, de figuras fundamentais da velha ideologia econômica burguesa (as virtudes da empresa privada e do mercado), produzidas no capitalismo concorrencial do século XIX, figuras que nunca deixaram de questionar a legitimidade das reformas do capitalismo no século XXI . Numa palavra, trata-se de uma velha ideologia que desempenha uma função política nova e, em parte, paradoxal: a de exaltar o mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais.” (BOITO JÚNIOR, 1996, p.80)

³ Deixa-se aqui a sugestão pela leitura da Tese de Doutorado de Gabriel da Fonseca Onofre (ONOFRE, 2018). Essa tese analisa a relação entre os *think tanks* norte americanos – destacando o *Liberty Fund* e o *Atlas Foundation* – e os Institutos Liberais brasileiros, tendo como foco principal de observação as atividades, estratégias, divergências, intercâmbios e conflitos entre os grupos no interior de uma rede internacional mais ampla, a chamada Sociedade Mont Pelerin.

opinião comum sobre o papel legítimo do Estado, sobre as diretrizes de política econômica ou sobre a experiência fracassada do *laissez-faire* do século XIX (Peck, 2010 apud Andrade, 2019).

Nota-se, portanto, um posicionamento negativo por parte das primeiras definições do neoliberalismo, em seu sentido de caracterização do seu “não ser” e do seu “não fazer”, em detrimento de premissas positivas do sistema, relativas à sua aplicabilidade e posicionamento ativo. Ao se atribuir ao neoliberalismo enquanto estrutura hegemônica internacional uma personificação estrita do mercado, não somente se ausenta os atores políticos internos de responsabilidade e cria ao redor do modelo uma imagem de super poder indestrutível, mas também se ignora a força que a formação histórica, identitária e cultural da localidade e daqueles povos (que recebem o “imperativo neoliberal” exerce sobre sua própria realidade. Isso é importante não só para reconhecer a limitação do modelo neoliberal, mas para mostrar o potencial de resistência também de cada sociedade a cartilha de diretrizes deste sistema.

Por vezes, o neoliberalismo busca por validação científica, em boa parte matemática, para construir em torno de si uma imagem de sistema lógico, em detrimento de discursos qualitativos, encaixados em um limbo de subjetividade. (BOURDIEU, 1998; DAVIES, 2014). Se tratando de validação científica, é um equívoco para Wacquant (2012) e Andrade (2019), encaixar o neoliberalismo na estrutura de definição de conceitos construído pelas ciências sociais. Isso porque, é impossível definir seu significado a partir da experiência dos países centrais, para analisar posteriormente as modificações do modelo em países periféricos, haja vista a incompletude do sistema. Por razões estruturais hegemônicas, a forma em que o modelo se comporta em países centrais e em países chamados “em desenvolvimento” já seria por si só distinta.

Contudo, para além dessa obviedade, o fator histórico-cultural sempre afetará a forma final do modelo. Sendo assim é mais lógica a análise das estruturas e significado do neoliberalismo pela análise dos pontos em comum de seu impacto em diferentes localidades, do que por uma análise a partir dos países centrais, pois tais características podem dizer muito mais sobre o sistema.

Por muito tempo, autores liberais e economistas discutiram o neoliberalismo como uma possível solução ao suposto mal funcionamento da estrutura dos Estados. Para eles, a modernidade e a estrutura de prestação de contas do sistema neoliberal

resolveriam as questões de incapacidade da gestão do orçamento, morosidade e maior propensão à corrupção, trazendo a máquina pública maior eficiência e eficácia.

Dentro de uma disputa acirrada, estas ideias neoliberais começaram a adentrar o meio político e fundamentaram discursos usados para justificar golpes de Estado e ditaduras civil militares em toda a América Latina, inclusive no Brasil (1964-1985). Estes discursos tinham como pretensão o combate aos regimes de esquerda, motivados pela construção da imagem de um suposto inimigo comum. Para compor ainda mais o contexto, os ideais neoliberais viram, nas instabilidades políticas e financeiras à partir da crise do petróleo na década de 70 e na onda inflacionária da década de 80, a janela de oportunidades que precisavam para acusar os Estados de incapazes de “gerir” o prometido Estado de Bem Estar Social.

Após a queda do Muro de Berlim, em 1989, o neoliberalismo se firmou como modelo hegemônico, tendo como “cartada final” o Consenso de Washington no mesmo ano⁴. Este evento contou com a presença do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de economistas afins as diretrizes sistêmicas, com o objetivo de realizar uma avaliação das reformas econômicas implementadas, nas décadas anteriores, nos países da América Latina e debater os novos planos para o futuro.

Para Bandeira (2002) a cartilha de medidas neoliberais impostas à América Latina, tendo como instrumento formal o Consenso de Washington, não eram novas.

Eram liberais, ortodoxas, similares às que foram tentadas pelos governos militares, sobretudo na Argentina, Uruguai e Chile. Mas, ao fim dos anos 90, a situação na América do Sul afigurava-se ainda mais difícil e sombria do que ao fim da década de 1980. (BANDEIRA, 2002, p. 2)

Antes de retornar à atenção aos acontecimentos da região, há de se deter atenção a um evento fundamental para a consolidação neoliberal como sistema hegemônico, uma diplomática complacência internacional ao mesmo. Para dar um exemplo mais concreto desta complacência internacional às diretrizes da nova mentalidade sistêmica, portanto, citamos o Tratado de Maastrich, em 1992, como processo de formação da União Europeia nos moldes conhecidos hoje. Desde então, é possível perceber que, apesar de críticas a movimentações consideradas mais

⁴ Sugerimos aqui a leitura do artigo de Batista (1994), trata-se de uma crítica à visão neoliberal dos problemas latino-americanos.

agressivas do sistema neoliberal, as saídas internacionais já haviam escolhido esta lógica como norteadora de qualquer alternativa às expressões mais óbvias do sistema. Para Bourdieu (2001, p.68): A Europa europeia funciona como um artifício para dissimular a Europa euro-americana que se delinea”. Prévotaux (2006, p. 228). reforça este argumento e diz que

(...) essa Europa euro-americana reforça o modelo capitalista neoliberal anglo-saxão. Cerceando progressivamente os poderes dos Estados-nações europeus, a União Europeia, desde sua origem, prepara o advento de um espaço de “governança”, onde a democracia é esvaziada de sua substância, já que a tecnoestrutura institucional europeia não organiza uma transferência de soberania do Estado para um “super-Estado”, mas dilui toda soberania na gestão racional dos homens e das coisas. Ao apoiar o avanço da globalização e a dominação da ideologia neoliberal mundialista, esse projeto europeu prossegue o desarmamento político e democrático de seus Estados-membros.

Já dentro de uma perspectiva mais regional, o neoliberalismo se relaciona com América Latina desde meados do século XX, atuando em três perceptíveis frentes: a econômica, a política e a militar. Como defendemos aqui, nenhuma destas frentes tem suas consequências isoladas das demais. Estes efeitos se relacionam, afetam e são afetadas pelo contexto local.

Dentre os traços mais marcantes da chegada do neoliberalismo na região podemos citar o financiamento, e conseqüente, avanço do autoritarismo na região. Este ponto pode ser percebido pelo apoio a lideranças militares, que vieram a instaurar ditaduras em vários países, como por exemplo, Argentina (1966-1973 e 1976-1983), Uruguai (1973-1985), Brasil (1964–1985) e a mais sanguinária e alinhada com o modelo neoliberal dentre elas, a ditadura chilena de Augusto Pinochet (1973-1989), visto a princípio como a vanguarda neoliberal na América Latina.

Junto a crescente do autoritarismo, a região passou a se curvar cada vez mais às diretrizes de liberalização, não necessariamente bilaterais, do novo modelo regional neoliberal. Privatizações das empresas estatais, abertura do comércio exterior e desregulamentação da economia passaram a ser prerrogativas para a participação e suposta “modernização” da periferia latino americana no mercado internacional, lideradas pelos países do capitalismo central.

Pouco a pouco, as diretrizes foram se tornando ainda mais impositivos e se tornaram critério até mesmo para renegociar a dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais. Não tardou muito para que o sistema

neoliberal fosse adotado pela lógica das instituições da maioria dos Estados da região e, de cima para baixo, afetasse ostensivamente os direitos da classe trabalhadora.

1.2 A Conciliação de Interesses entre o Neoliberalismo e as Elites Brasileiras

As elites (luso) brasileiras, desde sua composição nacional ainda no período colonial, sempre souberam conviver com os mais variados regimes, desde os mais autoritários até os recentes progressistas, se apresentando abertas ao diálogo, a negociação e até mesmo integração, estabelecendo para tanto apenas uma condicionante: a manutenção do crescimento econômico, via acumulação de capital. Faz-se essa distinção pois, “curiosamente” houveram momentos de evidente retração da economia brasileira nos quais, todavia, acabaram por representar um aumento nos níveis de desigualdade, não só pelo empobrecimento da maior parcela da sociedade, mas pelo aumento das riquezas acumuladas e pelo aprimoramento do próprio sistema de acumulação nacional⁵.

A força das elites brasileiras fica evidente em sua capacidade de articulação e desestabilização política dos governos, tendo sido observada na história política brasileira a queda das mais variadas lideranças do espectro político, a cada vez que o crescimento econômico, associado a acumulação do capital, foi comprometido. Dessas quedas, novas lideranças em defesa do discurso e das diretrizes do capital emergiram - para os interesses das minorias - primeiro como farsa e depois, como tragédia.

Estas substituições de poderes se apoiam e tendem a se aliar a uma massa nacional, com interesses de oposição em relação ao governo vigente, dando sinais de uma transição de cunho popular e, portanto, legítima ao jogo democrático. Contudo, se ocorrem rupturas políticas em termos de domínio institucional dos cargos, em especial, no de chefe do executivo, dentro das diretrizes econômicas não se pode dizer o mesmo. Percebe-se, na composição das diretrizes capitalistas e hegemônicas que pautam as disputas políticas e sociais no Brasil, uma harmonia ideológica que permite ao sistema a possibilidade de transformações graduais.

⁵ De acordo com Saad Filho e Morais (2020, p. 125 -126) “O valor da produção industrial manteve-se aproximadamente constante entre 1990 e 1997; no mesmo período, o número de empregos na indústria diminuiu 38%, o que representa uma redução entre 1 milhão e 1,5 milhão de postos de trabalho. (...) pela primeira vez na história brasileira, o crescimento da produção e o da produtividade coexistiram com a queda do emprego.”

Assim podemos pensar a gradual construção do sistema neoliberal no Brasil, percebida em perspectiva embrionária, segundo Saad Filho e Moraes (2020, p. 73-74), ainda durante a ditadura civil militar, pela coalização de grandes capitais nacionais e estrangeiros, tanto na indústria como nas finanças, consolidada, segundo os autores, a partir de 1974. Segundo os autores, estas elites “expressaram sua frustração com o intervencionismo tecnocrático do governo e sua relutância em ouvir as grandes corporações”.

De fato, quando o crescimento econômico foi interrompido, o regime enfraqueceu, e um movimento democrático de âmbito nacional ganhou força. Esse movimento baseava-se numa lógica social e politicamente inclusiva de cidadania, igualdade, distribuição de renda e criação de um Estado de bem-estar social universal. (SAAD FILHO; MORAIS, 2020, p. 71-72)

Com a queda da ditadura, a reabertura democrática e as definições dos novos rumos da nação pareciam, aos olhos progressistas, finalmente uma possibilidade. A composição da Constituinte e a formulação do que viria a ser a nova Constituição do Brasil, promulgada em 1988, entretanto, deixaram abertas tensões ideológicas. Por um lado, entre a integração social, baseada na redução da desigualdade social e na ampliação do conceito da cidadania, e por outro pela defesa da propriedade privada, posta de forma explícita em alguns trechos e de forma mais sutil em outros – como por exemplo dentre as garantias dos direitos humanos.

Do ano seguinte, 1989, quando Fernando Collor se elege presidente em uma disputa direta com Lula - liderança representante naquela eleição dos interesses da classe operária - até sua posse, em março de 1990, pode-se dizer que houve uma validação política da elite brasileira quanto ao novo modelo neoliberal. Nesse momento, o sistema já se havia feito hegemônico entre os países “do norte”, representantes do capitalismo central, sendo a “chegada” brasileira, considerada tardia, até mesmo quando comparada a da periferia do capital.

É certo que nessas duas eleições (Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso) o poder do dinheiro e da mídia foram muito importantes. Apesar disso, consideramos que seria errôneo atribuir as vitórias das candidaturas neoliberais em 1989 e em 1994 apenas à manipulação do processo eleitoral. No nosso entender, essas vitórias são um indicador de que estamos assistindo a um processo - mais amplo e mais complexo do que o próprio processo eleitoral - de constituição de uma nova hegemonia burguesa no Brasil: a hegemonia das concepções e das propostas políticas neoliberais. (BOITO JÚNIOR, 1996, p. 80).

Assim, este trabalho pauta e justifica o início de sua análise a partir deste momento, construindo o estudo desde o acumulado histórico de 1990 e se estendendo até o ano de 2020, com o intuito de analisar três ciclos do neoliberalismo e suas relações com o mundo do trabalho. O primeiro de 1990 a 2002 – da posse de Collor à eleição de Lula-; o segundo de 2003 a primeira metade de 2016 – da posse de Lula a queda de Dilma; e o terceiro da segunda metade de 2016 até 2020 - do Golpe de Estado sofrido por Dilma até a primeira metade do governo Bolsonaro.⁶

1.3 Sobre as primeiras transformações do Neoliberalismo Brasileiro

O neoliberalismo afetou diretamente a relação da classe trabalhadora com o mundo do trabalho, por aspectos que vão muito além do econômico e remontam estruturas de dominação antigas, arraigadas ao tecido social brasileiro. Neste novo período o individualismo, amplamente debatido dentre os defensores do Estado mínimo⁷, desde o liberalismo, se torna ainda mais intenso, seguindo uma tendência de distanciando entre patrão e empregado, mas também associado a uma construção cada vez mais marcante de distanciamento entre os próprios trabalhadores.

Anteriormente, no modelo liberal, a mão de obra era essencial para a produção da mercadoria que levaria ao resultado final da mais valia. Tal condição exigia da classe burguesa na forma da elite nacional, a manutenção mínima de “cuidado e manutenção” da (mão de obra da) classe trabalhadora sob condições dignas, salubres e com tendências a qualificação.

Paralelamente, existia, ainda que de forma discreta, certo temor por parte de pelo menos certas frações da elite, que entendiam sistematicamente a necessidade da mão de obra da classe trabalhadora para a manutenção do seu processo de acumulação, quanto possibilidade de associação e organização da classe trabalhadora. Isso se dava por compreenderem que a forma com que se davam as

⁶ As especificidades práticas destes três períodos serão tratadas nos capítulos seguintes, onde analisaremos políticas neoliberais aplicadas em cada ciclo e faremos uma avaliação de suas aplicações ao contexto trabalhista nacional.

⁷ “[P]ara o homem livre, a pátria é o conjunto de indivíduos que a compõem, e não algo acima e além deles. O indivíduo tem orgulho de sua herança comum e mantém lealdade a uma tradição comum. Mas considera o governo como um meio, um instrumento – nem um distribuidor de favores e doações nem um senhor ou um deus para ser cegamente servido ou idolatrado. Não reconhece qualquer objetivo nacional senão o conjunto de objetivos a que os cidadãos servem separadamente. Não reconhece nenhum propósito nacional a não ser o conjunto de propósitos pelos quais os cidadãos lutam separadamente” (FRIEDMAN, 1984, p. 11).

relações de trabalho estavam em dissonância completa aos interesses coletivos do grupo, se uma vez mobilizados e organizados politicamente.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa é, pois, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1985, p. 159).

Identificada tal ameaça, o neoliberalismo, gradualmente se firmou de modo a corrigir tal questão do modelo anterior. O que se percebeu no cenário brasileiro foi uma financeirização tanto da produção quanto da narrativa, de modo a flexibilizar, desde o início dos anos 90 o intento de construção de um Estado de bem-estar social no país. Paulatinamente, o Brasil se abriu ao capital internacional, dentro do papel que lhe foi atribuído na periferia do capitalismo, e aderiu a cartilha de repressão aos trabalhadores e desarticulação da esquerda que, até a pouco, conciliava na proposição dos novos rumos da nação. Para Sader (2013, p. 137) o “neoliberalismo no Brasil promoveu dois fenômenos centrais, ambos negativos: a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho”. Nesta nova fase, onde o próprio dinheiro é capaz de gerar dinheiro, a manutenção das necessidades básicas dos trabalhadores, deixa de ser imprescindível ao lucro.

Reiteramos que este capítulo se deterá aos aspectos estruturalmente teóricos do assunto. Quanto a dimensão prática, serão analisadas nos capítulos subsequentes diferentes políticas aplicadas dentro do contexto neoliberal brasileiro analisado (1990-2020), sendo feita, posteriormente, uma avaliação destas no contexto trabalhista nacional, juntamente a uma reflexão das relações colonialistas e patriarcais intrinsecamente atreladas as mesmas.

1.4 As tensões entre o neoliberalismo e os conceitos de raça e gênero

As tensões entre o capital e os conceitos de raça e gênero, ou melhor dizendo, de racismo e de sexismo, não foram inventadas durante ou pelo neoliberalismo. Elas se remontam desde as primitivas estruturas escravocratas embasadas tanto colonialismo - por projetos de dominação político militar de um povo sobre outro, baseados na exploração de recursos e mão de obra, assim como na negação da

identidade do grupo oprimido - como no patriarcado como sistemas de servidão. Engels, na obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, argumenta que a estrutura doméstica estabelece, mais que relações conjugais, relações de mercado, onde estruturalmente o marido se faz burguês e a esposa, proletariado:

Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: ‘A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos’. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1981, p. 54-55)

Em consonância, para Patman (2020) assim como os contratos domésticos antigos estabeleciam as relações de submissão de trabalho entre senhores e seus servos, os contratos de casamento podiam ser interpretados como tal. Tornar-se uma esposa, segundo a autora, implica em tornar-se dona de casa e ter para com o marido uma relação de trabalho constituída via contrato civil entre atores de desigual relação de poder. Sobre isso:

Considere-se a seguinte definição retirada (do) Tratado da Legislação das Relações Domésticas, publicado em 1874: ‘Um senhor é alguém que tem autoridade legal sobre uma pessoa; a pessoa sobre quem tal autoridade pode ser propriamente exercida é o servo.’ Um escravo civil, uma esposa ou um trabalhador são todos “servos” de acordo com essa definição. (PATMAN, 2020, p. 182)

Para não nos atermos apenas ao passado, podemos inclusive dizer que após o fim da escravidão formal, os homens que antes serviam aos senhores se tornaram, ainda que de forma estruturalmente submissa, homens assalariados nas fábricas, especialmente dos grandes centros, vendendo sua força de trabalho no mercado capitalista. Contudo, o mesmo não é possível dizer da relação das mulheres que não chegaram nunca a romper com tal estrutura de submissão no campo da vida doméstica privada. Tal relação segue sendo feita via contrato civil por via do casamento, o que a autora vai chamar de “reliquia feudal” do que restou dos contratos de trabalho doméstico. Para Patman (2020, p.184) o “contrato (civil) de casamento

reflete a organização patriarcal da natureza corporificada no contrato primitivo, institui-se uma divisão sexual do trabalho pelo contrato de casamento.”⁸.

Podemos argumentar, portanto, que esta hierarquização de gênero não é neutra, pelo contrário, ela serve ao capital, de modo a ter um grupo subalternizado tanto para produção quanto para a reprodução.

Aqui, a relação capital/trabalho como uma relação histórica concreta pode ser vista de forma a incorporar uma hierarquia de gêneros, expressa em categorias como - qualificação, responsabilidade, controle - que de fato não são neutras a sexo, como também não são neutras as classes. E, por sua vez, o capital não ignorou essa realidade ao longo da história e até hoje vem reforçando e se apropriando da existência de dominação e subordinação de gênero. (PENA, 1981, p.81- 82 apud NOGUEIRA, 2010, p.59)

Notamos, contudo, que existe certa “naturalidade” com a qual estas relações de trabalho se dão, ainda que dentro do contexto atual “moderno”. Isso se dá tanto pelo enrijecimento das estruturas de (submissão de) classe, pela determinação de papéis sociais sexualizados e racializados, quanto pelo negacionismo das diferenças e complexidades histórico materiais destes sujeitos marginalizados, ante ao discurso do universalismo. De acordo com Balibar e Wallerstein (2021) existe na economia-mundo capitalista uma tentativa de gerar uma imagem de igualdade entre os sujeitos (trabalhadores), de modo a apagar as marcas/diferenças históricas, pautadas na raça e no gênero. Este discurso, segundo ele, se organiza em uma narrativa de crenças universalistas, as quais “têm sido o principal desafio para o racismo e o sexismo; e (ao mesmo tempo que) as crenças racistas e sexistas têm sido o principal desafio para o universalismo”.

Ainda segundo o autor, o capital convive com estas estruturas de modo a conciliar essa balança, para que nem o universalismo se sobreponha ao racismo e o sexismo de modo a quebrar a lógica de produção de mão de obra barata, e nem o racismo e o sexismo se sobreponha ao universalismo, pois historicamente, a consequência comportamental dessa equação resulta na expulsão do grupo tido como “bárbaro”. Igualmente, tal atitude não seria compensativa para o capital, uma vez que

⁸ Para Patman (2020) a dependência de gênero poderia ser resolvida pela garantia de direitos por parte das mulheres, somando a premissa de que o debate é, antes de tudo, político e histórico: “Se as mulheres garantissem seus direitos civis e políticos e se tornassem economicamente independentes no novo mundo da cooperação voluntária, elas não teriam motivos para se submeterem aos homens em troca de sua subsistência, e os homens não teriam meios para se tornarem senhores sexuais das mulheres.”

se perderia a força de trabalho da pessoa “expulsa” e, conseqüentemente seu potencial para gerar excedente para o acúmulo e maximizar os lucros da produção.

Assim sendo, a mediação entre o apagamento das diferenças e o intento de exclusão ou expulsão de grupos não desejáveis estão no centro de tomada de decisão e controle do capital e se faz uma atividade indispensável para a manutenção da própria conservação do sistema. Estes estigmas permitem ao capitalismo “uma remuneração, a um maior segmento da força de trabalho, bem mais baixa que aquela que poderia, em qualquer ocasião, ser justificada com base no mérito”. (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021, p. 71)

Não coincidentemente a associação depreciativa de mérito e capacidade é feita entre raça e gênero, pois em uma estrutura sexualizada de baixa ou nula valorização do trabalho das mulheres, muitas acabam fazendo a “compensação” por meio da atividade laboral em seu ambiente doméstico privado, o que acaba sendo presumido como trabalho obrigatório e, portanto, não remunerado⁹. Frente, portanto, à necessidade de arcar com as despesas domésticas, os homens racializados são obrigados a se sujeitar a condições de trabalho abusivos, com baixas remunerações, para constituir a renda comum (conjugal) de subsistência da casa.

Federici (2017) elucida o trabalho doméstico não remunerado como gerador de riqueza e, ao mesmo tempo, de invisibilização feminina. Para ela, o trabalho das mulheres, principalmente o trabalho de cuidado, é usado como ferramenta segregadora na divisão da força de trabalho e na relação de poder, e, conseqüentemente, como motor da acumulação capitalista.

Ainda nessa argumentação teórica, Balibar e Wallerstein (2021) reforça essa premissa em uma argumentação pela noção de entendimento dos sujeitos de classe – especialmente os racializados e sexualizados - por sua integralidade histórico material. Este ponto reforça a ideia de que analisar o neoliberalismo frente as relações de classe e o mundo do trabalho considerando apenas aspectos econômicos seriam, pelo menos, insuficientes para uma análise profunda do contexto periférico brasileiro.

⁹ Recomendamos aqui a leitura do artigo As Relações Sociais de Gênero no Trabalho e na Reprodução, no qual Claudia Mazzei Nogueira (2010) explica que “mesmo ampliando a participação feminina no mundo produtivo (após os anos 90) as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, a organização da família patriarcal pouco é alterada, o marido se mantém provedor e a esposa a provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho. (...) Isso ocorre porque a reprodução das relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sócio-sexual do trabalho.”

Os conflitos “étnicos” (mais exatamente, os efeitos do racismo) são também universais. Assim como o são (...) os antagonismos baseados na divisão sexual (ela própria encontrada em qualquer organização em qualquer instituição de um grupo social - inclusive da classe operária). A luta de classes pode e deve ser pensada como uma estrutura determinante que abrange todas as práticas sociais, sem ser por isso a única. Ou melhor: precisamente na medida em que abrange todas as práticas é que ela interfere necessariamente na universalidade de outras estruturas. Universalidade não é sinônimo de unicidade. (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021, p.237)

Percebemos e, portanto, argumentamos, que existe no sistema neoliberal uma contradição interna que dificulta as tentativas de geração de condições equilibradas nas relações de trabalho. Esta incompatibilidade é objeto de estudo de pesquisadores há um considerável tempo e podemos citar para reforçar esta premissa Wendy Brown (2019). Para a autora, o sistema neoliberal afeta a economia, mas também afeta as relações sociais, a política e dentro dela a democracia, tendo, portanto, um caráter desdemocratizador.

1.5 O Neoliberal, o Negacionismo e o Efeito de Isolamento

O negacionismo da integralidade dos sujeitos como seres complexos e como consequência histórico material de sua ancestralidade reforça o mito da meritocracia e tira dos trabalhadores, estruturalmente alienados, a capacidade de se relacionarem com suas origens e com seus pares, em um processo de reconhecimento da própria identidade. Assim, não só é importante aos sujeitos a percepção de si mesmos como trabalhadores e pertencentes a uma determinada raça e a um determinado gênero, mas a noção de que se é tudo isso ao mesmo tempo, não havendo razão ou necessidade de sobreposição de identidades em sua existência. Não se nega aqui a diferença circunstancial, histórica e material entre, por exemplo, brancos, negros e indígenas, ou entre homens e mulheres. Pelo contrário. Ressalta-se aqui que certas características são vistas dentro do contexto de opressão às minorias em poder, como agravantes no processo de apagamento e negação de suas histórias e múltiplas narrativas.

Dessa forma, assim como trabalhamos a pouco, à balança do capital para mediar, por um lado, as opressões racistas e sexistas da burguesia a classe trabalhadora, e por outro, o apagamento das particularidades das múltiplas dimensões dos trabalhadores como sujeitos pelo discurso universalista; agora podemos somar a este debate um terceiro eixo, o do efeito de isolamento. Esta ideia foi trazida por

Poulantzas (2010) em sua obra “Poder Político e Classes Sociais” e se aplica a realidade, segundo o autor, como uma ferramenta política da classe burguesa para, dentro da própria luta de classes, desarticular a percepção dos trabalhadores como grupo de interesses comuns, evitando assim a necessidade de enfrentamento a sujeitos politicamente ativos e estruturalmente organizados.

Ao invés disso, existe uma tentativa de exaltar particularidades destes trabalhadores, para que passem a se ver como indivíduos pertencentes a uma subcategoria que, ainda que importante, por si só não define sua existência, tais como eleitor, consumidor, cidadão, etc. Reitera-se aqui que o ponto não é gerar uma ode a supremacia de classe sobre as múltiplas dimensões particulares dos trabalhadores, mas sim, levantar a importância de se pensar estas dimensões como coexistentes e interconectadas particularmente, mas também historicamente (e logo, coletivamente) à formação daquele sujeito.

Percebe-se, assim, este efeito, particular ao capital e de constante uso pela(s) (diferentes frações das) burguesia(s), como um projeto negacionista e anti emancipatório, criado e constantemente adaptado pela burguesia internacional como régua moral e civilizatória da humanidade. O que varia de contexto para contexto, nesse caso se adaptando ao tecido social brasileiro, é o que se nega e quais narrativas são reprimidas.

Assim, uma vez que o país se fundou a partir da integração dessas estruturas via relações de exploração sexual e da força de trabalho via escravidão, estas opressões históricas afetaram e seguem afetando coletivamente os brasileiros como classe trabalhadora. Influenciam diretamente as formas sociais, políticas, jurídicas, culturais e econômicas no que dizem respeito a como tais relações de trabalho são percebidas e estruturadas no país.

Pensando a questão do negacionismo pela perspectiva das identidades indígenas, apesar dos povos indígenas não estarem massivamente presentes no mercado de trabalho no Brasil, eles marcam uma conexão direta com a questão da formulação dos direitos trabalhistas. Falar de direitos trabalhistas, ou da violação deles é colocar em xeque as relações de trabalho em todas as suas formas.

Em análise histórica, a formação desse território foi pautada no extermínio de povos originários e na escravização de indígenas e negros arrancados de seus territórios. Assim, assumir a identidade indígena é assumir que o território não foi descoberto, mas sim invadido. É um confronto direto ao colonialismo e a construção

histórica do esquecimento da formação dessa região assaltada, chamada hoje de América Latina – termo fortemente criticado por Krenak (2019), por segundo ele, reforçar a ideia colonial.

Historicamente, o Brasil não é bem resolvido com a questão da escravidão. Sendo assim, é incoerente pensar em um avanço das questões trabalhistas, na produção de políticas laborais justas ou promotoras da dignidade e bem estar da classe trabalhadora, em um cenário onde sequer se visa reparação, ou mesmo reconhecimento histórico do seu passado escravocrata.

Não havendo estruturado políticas de reinserção econômica e social no país para a inclusão e reparação histórica para os negros e indígenas escravizados, o Brasil corroborou com a perpetuação do racismo, do colonialismo e das profundas desigualdades para estes grupos. Assim, é possível notar como as relações colonialistas são capazes de demonstrar o posicionamento do Estado neoliberal brasileiro quanto a questões fundamentais para os direitos de todos os trabalhadores, tanto por uma perspectiva da não reparação histórica, quanto ao não reconhecimento de suas identidades.

As consequências desse ignorar da própria história das relações de raça no Brasil impactam não somente nas estruturas políticas e econômicas, mas também sociais e culturais, no que tange o processo de construção da identidade do colonizador e do colonizado no país. De acordo com Fanon (1966), o colonialismo desumaniza todos os atores envolvidos neste processo de opressão. Ao colonizador pois perde sua capacidade de perceber o outro como humano e ao colonizado pois tem sua humanidade roubada no processo. Segundo ele, a libertação e a formação de identidade caminham juntos e uma vez que não se pode encontrar ética nesse processo de dominação, qualquer meio encontrado pelo colonizado para sua libertação se torna legítimo, inclusive a violência.

A questão se agrava quando o problema da negação da identidade como povo, faz com que este povo se apegue diante de identidades terceiras, seja a do colonizador, seja de um self idealizado fruto de uma realidade distorcida. Este apego a estas personalidades idealizadas ou importadas faz com que, por um tempo, a ausência de identidade não seja percebida como problema. Contudo, este povo seguirá aprisionado no tempo, nas estruturas sociais e vítimas dos abismos sociais frutos desta quase Síndrome de Estocolmo, ainda que nunca seja de fato aceito entre os colonizadores. Dessa forma, a retomada das contribuições de Fanon (1966) são

usadas com o propósito de pensar não só as estruturas conservadoras da formação periférica e particular no mundo, mas a manutenção das mesmas estruturas sociais nas relações de trabalho dentro do sistema neoliberal.

Um trabalhador negro que ascenda socialmente não vai passar a pertencer a classe dominante e nem se livrar das estruturas de opressão que limitam sua existência. A abertura neoliberal permite a discussão de pautas identitárias com espaços para movimentação dentro da dinâmica de ascensão econômica. Contudo, mais uma vez, nota-se que a visão do indivíduo restrita à sua dimensão econômica é limitante e incompleta, pois ele seguirá aprisionado as estruturas que o restringem ao signo de raça.

De acordo com Sodré (1958) isso se dá, pois, a incorporação da população negra no Brasil via escravidão se deu através do trabalho. Dessa forma, a configuração racial do país já nasceu com a clara divisão étnico racial do trabalho. A população negra escravizada era responsável por produzir as riquezas e a população branca se personificou na classe dominante. Tal configuração, de acordo com Sodré (1958), nunca se modificou na história brasileira. Não houve um movimento nacional popular em que as classes populares tiveram um papel de definir de baixo para cima os rumos na nação e a transformação das estruturas econômicas, sociais, políticas, culturais e institucionais.

Dessa forma, o neoliberalismo se apresenta como uma forma domesticada e socialmente apresentada do liberalismo colonialista e patriarcalmente orientado ao negar o viés de opressão de classe do meio que se inseriu. Por consequência, até mesmo manifestações públicas de expressões de sua face supostamente e controversamente democrática, como na abertura das estruturas neoliberais para a discussão de pautas identitárias, acaba por desarticular uma consciência tanto individual como coletiva da integralidade dessas dimensões, bloqueando a percepção como classe dentro de um contexto histórico concreto.

A defesa pela redução do Estado em nome da acumulação de capital e através da flexibilização das relações de trabalho e a geração de políticas que resultam como barreiras que dificultam a entrada de grupos minoritários no mercado de trabalho e aprisionam as mulheres ao trabalho doméstico são apenas alguns exemplos do aprofundamento neoliberal das relações de opressão e desigualdade. Estas relações são oriundas do colonialismo e do patriarcado no país, que sequer se resolveu ainda com seu passado escravocrata. Assim, torna-se ainda mais evidente a necessidade

de compreender tais estruturas para entendermos, de forma mais profunda, as peças que compõem o sistema neoliberal brasileiro.

CAPÍTULO 2 – PROBLEMATIZAÇÃO DE DADOS

Este capítulo tem por objetivo ser um disparador de ideias sobre como se deram as transformações das relações de trabalho no país, desde 1990, entre três atores: o Estado brasileiro (na forma dos governos), o mercado e os trabalhadores. Para isso, a seção se dividirá em duas partes. A primeira se deterá em traçar a problematização de alguns elementos constituintes desta relação, correlacionando-os com as noções de raça, gênero e classe.

Já na segunda seção, esta pesquisa dividirá o período estudado em três ciclos do neoliberalismo brasileiro. O primeiro de 1990 a 2002, da posse de Collor à eleição de Lula. O segundo de 2003 a primeira metade de 2016, da posse de Lula a queda de Dilma. E o terceiro da segunda metade de 2016 até 2020, do Golpe de Estado sofrido por Dilma até a primeira metade do governo Bolsonaro.

Analisaremos, algumas políticas neoliberais aplicadas em cada ciclo e faremos uma avaliação de suas aplicações ao contexto trabalhista nacional, problematizando algumas características marcantes das relações estabelecidas em cada período. Voltamos a ressaltar que tal análise usa-se dos elementos colonialismo e patriarcado como óticas de interpretação e do entendimento dos sujeitos de classe como seres integrais dentro de suas particularidades histórico materiais.

2.1 Políticas trabalhistas versus relações de trabalho

Abrimos esta seção do estudo com a premissa de que não somente as políticas trabalhistas afetam a forma como se dão as relações de trabalho no Brasil. Especialmente quando analisamos pela ótica do colonialismo e do patriarcado, diversas outras áreas se interrelacionam com o mundo do trabalho. Por exemplo, uma política de redução ou mesmo congelamento de investimentos na educação, que afete o número de creches disponíveis, afeta diretamente as relações de trabalho das mulheres trabalhadoras de menor renda e que dependam deste serviço público. Isso porque, dentro de uma sociedade de estruturas patriarcais, onde o cuidado dos filhos é tomado como “coisa de mulher” recai sobre as mulheres o ônus de ceder a seus trabalhos formais para cuidar dos filhos em “período integral”.

Da mesma forma, uma mudança em uma política de segurança pública, pode comprometer as relações sociais dentro de localidades periféricas mais vulneráveis e

expostas à violência. Por uma estrutura colonialista que “empurra” as comunidades não brancas para fora dos grandes centros, estes trabalhadores passam a ter mais dificuldade de mobilidade segura no deslocamento até o trabalho.

Assim, para problematizar este efeito, serão analisadas políticas de diferentes pastas, de modo a demonstrar como as políticas neoliberais, por diferentes âmbitos, estão diretamente conectadas ao tecido social e à manutenção da lógica colonialista e patriarcal das relações de trabalho no país. Paralelamente, se pretende demonstrar os efeitos de distanciamento e aproximação do mercado em relação ao Estado brasileiro e ao trabalhador.

2.2 Cidadania, emprego e renda

O neoliberalismo, como expressão “moderna” do capitalismo, depende, necessariamente, de um exército de reserva. O desemprego, agora estrutural e não mais acidental - outrora supostamente causado por uma crise - se justifica pelo fato de o neoliberalismo não operar por inclusão, mas sim por exclusão.

Pautando esta relação meramente em aspectos econômicos e (ainda que) invisibilizando quem são os trabalhadores na linha de frente do desemprego, esta informação já apresentaria uma descompensada relação de forças entre os entes analisados. A oferta limitada de postos de trabalho em relação a demanda, pressiona socialmente as relações de trabalho e regula para baixo os salários e condições laborais.

Esta relação, contudo, não se dá somente no binômio mercado-trabalhador, mas passa também pela relação mercado- Estado e Estado-trabalhador. Ao contrário do polarizado espectro que antes pautavam os debates acadêmicos até os anos 90, entre mais mercado para menos Estado ou menos mercado para mais Estado, passou-se a perceber que o neoliberalismo trouxe uma complexificação desta relação, usando o Estado como instrumento de efetivação das necessidades do mercado.

O Estado e o mercado representariam, nesse esquema, dimensões complementares de um processo unitário que impulsiona a expansão do capitalismo por meio da perpetuação das relações centro periferia. Se, antes, a posição de centro era exercida por uma dominação e uma influência política derivada do poder dos Estados, agora seria mais adequado conjecturar que as relações de dependência são resultado do poder econômico de grandes corporações transnacionais e conglomerados financeiros que se ancoram na

lógica de mercado e na influência política dos Estados de origem para fazer valer sua força de constrangimento. (ASSIS, 2014, p.620).

Dessa forma, não se trata mais de uma privatização das relações de trabalho pelo mercado, via Estado, mas sim de uma privatização do próprio Estado que passa a organizar as relações sociais como relações setoriais de uma empresa, importando até mesmo o vocabulário mercadológico. Os atores políticos se veem agora como gestores e assim operam a lógica de investimento no setor privado e de corte de gastos sociais. Estes gastos sociais são os bens e serviços públicos, que garantem aos trabalhadores (ou não trabalhadores) a garantia dos seus direitos sociais, civis e políticos.

Para suprir esta artificialmente gerada demanda pelos não mais garantidos bens e serviços públicos, o mercado passa a ofertá-los como mercadorias, as quais passam a ser consumidas pela população. Aqui iniciamos a primeira problematização deste capítulo, pautada na insuficiência da análise meramente econômica. A renda passa a ser um aspecto determinante para a efetivação da noção de cidadania e está diretamente atrelada as noções de reconhecimento do trabalhador como classe social. Assim, ignorar quem são os trabalhadores na linha de frente da exclusão é ignorar, ao mesmo tempo, o evidente privilégio de uma classe burguesa e detentora de capital que lhe garanta os melhores serviços disponíveis, em detrimento da exclusão e fragmentação da classe trabalhadora existente nesta relação, que não dispõe dos mesmos meios.

Dessa forma, assim como uma maior renda traz uma efetivação e uma experiência mais profunda da cidadania, a não renda levaria a uma exclusão da categoria de cidadão e afastaria ainda mais os trabalhadores de um reconhecimento de condições de suas existências dentro do tecido social neoliberal. Como argumenta Oliveira e Rizek (2007, p. 287) “trata-se, agora, da anulação da política, da colonização da política pela economia”. Estes trabalhadores nesta “linha de frente” têm gênero e tem raça predominantes, que sem uma análise mais profunda nas noções de colonialismo e patriarcado, poderiam passar despercebido à problematização do ponto em questão.

Assim, temos uma hierarquização pautada no critério renda, determinando super cidadãos, sub cidadãos e não cidadãos. Por si só, esta lógica contraria o Art. 5º da Constituição Federal promulgada em 1988, o qual prevê a garantia de igualdade entre todos, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos

estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a à propriedade.

Assim, o desemprego passa a ser algo necessário para a manutenção das negociações das relações de trabalho, pois se assim não fossem, o mercado (na forma da classe burguesa) precisaria de fato ceder as condições impostas pelos empregados (classe trabalhadora)¹⁰. Para manter-se cidadão, dentro do modelo neoliberal, que preza pelo encolhimento do espaço público, o sujeito deve se manter empregado ou, de alguma forma, detentor de renda.

Mas o que significa estar empregado ou desempregado? Estes conceitos econômicos são eficazes ou suficientes para explicar as relações de trabalho no contexto brasileiro, dentro desse acumulado histórico posto em questão por esta pesquisa? Iniciamos aqui o segundo ponto de problematização empírica sobre a insuficiência dos preceitos econômicos como explicativos das relações de trabalho dentro do neoliberalismo brasileiro.

Segundo resgata Costa (2002)¹¹, para Comte (1995) e Freyssinet (1991) as condições históricas permitiram a formulação de um determinado conceito de emprego e desemprego e a construção de um particular modelo de força de trabalho, que divide a população de um país em inativos e ativos, subdividindo-se a população de ativos em empregados e desempregados. Assim “(...) os ativos compreendendo os ocupados (aqueles que trabalham) e desempregados (aqueles que procuram efetivamente trabalho). Os inativos são todos os outros que não trabalham e não estão procurando trabalho” (COSTA, 2002, p. 3).

Contudo, o desemprego, associado a flexibilização/precarização das relações de trabalho (tratada mais adiante neste texto), causou um efeito colateral expressivo nas periferias do capital, como é o caso brasileiro, o aumento do trabalho informal. Estas categorias (emprego, desemprego e inatividade) que supostamente deveriam ser categorias próprias se tornam incapazes de dar conta deste cenário, pois em qual delas se encaixa o trabalhador que tem como provisão de renda o informalmente

¹⁰ A resposta neoliberal a esses desafios foi incorporar as “reformas” à Constituição, por meio de sucessivas alterações que limitaram o capítulo social e impuseram rígidas “regras” fiscais para assegurar uma baixa inflação. Ao fazer isso, os governos neoliberais procuraram limitar a expansão da cidadania e restringir o escopo do Estado de bem-estar social emergente. (SAAD FILHO e MORAIS, 2020, p. 116).

¹¹ Dissertação de mestrado acessada em 21 de março, disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285854/1/Costa_LucianodeSouza_M.pdf

conhecido “bico”? Ou onde se encaixa o trabalhador que tem sua renda gerada a partir de seu trabalho como camelô ou vendedor ambulante?

Estes trabalhadores transitam tanto entre estes conceitos, gerando mais exceções à regra que regra às exceções, que inviabilizam a utilização destes conceitos como parâmetros por si só suficientes para explicar ou categorizar os trabalhadores do país. Em outras palavras, não representa suficientemente a realidade e coloca por fim em dúvida a conveniência da classificação e, portanto, a capacidade analítica da própria noção moderna de desemprego, enquanto categoria de organização e classificação social do capitalismo.

Estabelecendo alguns dados comparativos sobre a questão da desigualdade entre distintos grupos de trabalhadores, de modo a elucidar a importância da discussão da estrutura colonialista que pautam as relações de trabalho no Brasil, apresenta-se a seguir o abismo das médias salariais entre trabalhadores brancos e negros. Segundo o relatório Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, de 2019, o salário dos trabalhadores brancos foi em média de R\$ 2.999, enquanto pardos ficaram com a média de R\$ 1.719 e negros R\$ 1.673. Isso significa um rendimento 29,9% maior dos trabalhadores brancos em relação à média nacional, enquanto negros ficam 27,5% abaixo desta mesma média. Como resultado dessa pesquisa, o IBGE conclui:

No mundo do trabalho, por exemplo, a desocupação, a subutilização da força de trabalho e a proporção de trabalhadores sem vínculos formais atingem mais fortemente a população preta ou parda. Indicadores de rendimento confirmaram que a desigualdade se mantém independentemente do nível de instrução das pessoas ocupadas. (BRASIL, 2020a, p.12).

De acordo com Emiliano López (2020), em sua obra “As Veias do Sul Continuam Abertas”, “Essa desigualdade não é uma abstração, não é pura elucubração teórica: ela é vivida nos corpos dos oprimidos e oprimidas do Sul” (LÓPEZ, 2020). Complementarmente, Chauí apresenta a ideia de que o neoliberalismo trouxe uma fragmentação ainda maior que o conceito países do norte e do sul, argumentando que dentro dos próprios países da periferia do capital, como posição que nos cabe na geopolítica capitalista, se estrutura este “repasso” da pobreza desde o que ela chama de “bolsões de opulência” para os “bolsões de miséria”.

Quando a questão é analisada a partir do critério de gênero, a disparidade segue se apresentando como algo estrutural. De acordo com os dados disponibilizados pelo Relatório de 2020, feito pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados no Brasil.

Historicamente, no Brasil, homens ganham mais que mulheres. Após sete anos de quedas consecutivas, em 2019, houve um aumento da diferença dos salários de mulheres e homens de 9,2% em relação a 2018. (...) Em 2018, a diferença salarial chegou a ser 44,7%, com homens ganhando, em média, R\$ 3.752 e, mulheres, R\$ 2.593. No ano seguinte, 2019, a diferença aumentou e passou a ser de 47,24%, com homens ganhando em média R\$ 3.946 e, mulheres, R\$ 2.680. (BRASIL, 2019).

2.3 Análise de ciclos

2.3.1 Ciclo 1 (1990 – 2002)

Deste período pretendemos destacar a definição do neoliberalismo como modelo hegemônico. Para os trabalhadores, este foi um ciclo que trouxe muita instabilidade. Já para o Estado, representou uma nova forma de se organizar, não só diante de uma recém promulgada Constituição Federal, mas também por uma nova lógica de governança, muito estruturada pelos pilares mercadológicos, em oposição aos seus antigos ordenamentos, tidos como demasiado burocráticos e pouco eficientes. O mercado, por sua vez, na forma do modelo neoliberal, passou a traçar suas diretrizes livremente no país.

Dessa forma, os anos noventa e o começo dos anos 2000 foram marcados pelas constantes reformas das legislações trabalhistas, pelo aumento da inflação, pelas demissões em massa, pela perda de força dos sindicatos e pelo aumento do número de privatizações de empresas estatais no Brasil¹². A flexibilização das relações de trabalho e o número de demissões aumentavam em paralelo a uma proporcional perda de força dos sindicatos.

As reformas constitucionais (de Fernando Collor de Mello) também levaram adiante o programa de privatização introduzido pela ditadura em razão à crise

¹² O alto desemprego, o trabalho precário e a crescente pobreza relativa, quando não absoluta, foram resultados deliberados das políticas públicas no neoliberalismo. (SAAD FILHO e MORAIS, 2020, p. 127)

internacional da dívida e abriram espaço para a “flexibilização” do mercado de trabalho. (SAAD FILHO; MORAIS, 2020, p. 102).

O alinhamento neoliberal se estendeu pelo governo de Itamar Franco, por meio do então ministro da Fazenda e futuro presidente, Fernando Henrique Cardoso. Entre uma das modificações mais marcantes do período está o Plano Real que chamou a atenção do capital financeiro, abrindo um novo ciclo de interações do Estado brasileiro e com seus trabalhadores no Brasil, frente ao mercado financeiro internacional¹³.

Para trabalhar estes pontos e problematizar as transformações trabalhistas ocorridas no país deste momento em diante, se optou por discutir a onda de privatizações. Para se fazer mais concreto, se escolheu uma privatização específica, que ficou marcada como uma das mais impactantes feitas à época, a privatização da estatal Companhia Vale do Rio Doce. A escolha por tal movimentação de privatização se deve não simplesmente à importância e proporção da empresa para o projeto de desenvolvimento nacional do país, mas por formalizar uma transição de um modelo de Industrialização por Substituição de Importações para um modelo de acumulação por financeirização.

Apesar de seu baixo crescimento, a economia brasileira passou, na década de 1990 por mudanças maiores que as ocorridas em qualquer outra década desde a Segunda Guerra Mundial. A mais importante foi a transição da ISI (Industrialização por Substituição de Importações) para um sistema de acumulação neoliberal baseado na financeirização, em um novo papel econômico do Estado e na integração mais próxima da indústria e do setor financeiro brasileiros ao capital transnacional. As reformas neoliberais criaram a base material para a reprodução desse novo SA mediante as transformações que elas promoveram na economia e na sociedade. (SAAD FILHO; MORAIS, 2020, p. 117)

A empresa foi criada por decreto-lei durante o governo Getúlio Vargas, em junho de 1942 e pertenceu ao Estado brasileiro por 55 anos. A empresa chegou a ser a segunda maior mineradora do mundo. A empresa foi privatizada em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso, por um preço correspondente a 27% do capital total da companhia, 3,3 bilhões de dólares.

¹³ Por fim, o governo FHC implementou uma estratégia econômica totalmente neoliberal a partir do Plano Real, por ele implementado quando ainda era ministro da Fazenda, em 1994, e que forneceu cobertura ideológica e política para a consolidação do neoliberalismo (SAAD FILHO; MORAIS, 2020, p. 103).

Com a privatização, milhares de trabalhadores foram demitidos. A Vale foi desindustrializada e reduzida a uma mineradora. O capital financeiro e as decisões dos acionistas passaram a ditar as regras da companhia. A decisão de Fernando Henrique foi marcada por mais de 100 recursos de pedidos de revisão da legalidade da privatização.

Logo após a privatização a empresa criou o PDI, Programa de Demissões Incentivadas, cortando já no ano seguinte ao de sua privatização 21,8% do quadro de funcionários. Mais de 90% dos cortes posteriores à privatização foram feitos entre outubro e novembro de 1997, quando o PDI foi implementado. Estima-se que deste programa, pelo menos 3.500 trabalhadores tenham perdido seus empregos.

A partir da privatização, aumentaram também o número de registros de assédio moral e acidentes de trabalho, vinculados a morte de trabalhadores. Em 2012 a empresa foi “eleita” pelo Greenpeace como a pior atuação social e ambiental do mundo. Entre os pilares considerados para a votação estavam: violação dos direitos humanos, condições desumanas de trabalho, pilhagem do patrimônio público e exploração da natureza.

Em 2015, a Vale protagonizou o que ficou marcado como o maior desastre ambiental do Brasil, com o rompimento da barragem de rejeitos Fundão, localizada na cidade mineira de Mariana. O acidente destruiu parte do distrito de Bento Rodrigues, deixou 19 mortos e devastou a bacia hidrográfica do Rio Doce, acabando com sua vida aquática na região, com o turismo e com fonte de renda dos milhares de trabalhadores ribeirinhos.

Pouco mais de três anos depois, em janeiro de 2019, um novo acidente acontece em outra barragem da empresa. A empresa que já havia sido avisada, assim como da primeira vez, assistiu ao rompimento de sua barragem na cidade de Brumadinho, que matou 34 trabalhadores e deixou centenas de trabalhadores e moradores da região desaparecidos meio a lama tóxica que tomou a região. Vale ressaltar que até a privatização a Vale, em suas mais de cinco décadas, jamais havia se envolvido em qualquer escândalo ambiental.

2.3.2 Ciclo 2 (2011 - agosto, 2016)

Neste ciclo, se encaixam as políticas mais progressistas do período total analisado por esta pesquisa, delimitado pelos quatro mandatos do Partido dos

Trabalhadores (sendo o último deles – o segundo mandato de Dilma Rousseff - interrompido pelo golpe de 2016¹⁴). Como será apresentado mais adiante, foram significativamente bem sucedidas no processo de redução da miséria no país, da mortalidade infantil e do aumento dos níveis de escolarização na Educação Básica.

Contudo, o objetivo desta seção será demonstrar como, ainda que de cunho progressistas, estas políticas apresentam um alinhamento e uma concessão às diretrizes do capital financeiro e à manutenção do status quo hegemônico do neoliberalismo, frente ao planejamento de desenvolvimento político, social e econômico do Brasil. Este alinhamento, por sua vez carrega marcas predominantemente colonialistas e patriarcais, ora por manter um sistema de segregação de classes e deliberação de certas atividades e responsabilidades como pertencentes ou acessíveis a um único grupo, ora por excluir as particularidades geográficas, sociais, culturais e políticas de parcela do próprio grupo alvo, reduzindo todo ele a uma mera idealização comum da figura do “pobre”, sem raça, sem gênero, sem cor e sem identidade.

Neste ciclo, serão analisadas as relações estabelecidas entre os três atores trabalhados nesta pesquisa: o Estado, o mercado e os trabalhadores. Pretende-se fazer isso, portanto, através da análise de uma das maiores e mais importantes políticas deste ciclo, o Programa Bolsa Família (PBF). O PBF, foi instituído primeiro como Medida Provisória de número 132, em 20 de outubro de 2003, sendo convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836. Um dos principais financiadores deste Programa é o Banco Mundial, uma das principais instituições representantes dos interesses do capital financeiro internacional. Esta relação de transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do Estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo (o colonialismo político militar a geopolítica das áreas de influência). De sorte que o centro econômico, jurídico e político planetário se encontra em instituições tal como o Banco Mundial. Estes operam com um único dogma proposto pelo grupo fundador do neoliberalismo, qual seja a estabilidade econômica e o corte do déficit público.

Percebe-se, portanto, que ainda dentro de uma política progressista, o capital financeiro garante meios de se manter altivo aos limites de inclusão que o Programa opera. Dessa forma, o mesmo concede financiamento e meios para que a parcela

¹⁴ Golpe este que delimita o fim do segundo ciclo e o início do terceiro ciclo dos recortes feitos de modo a estruturar metodologicamente esta pesquisa.

miserável dos contribuintes se faça e se perceba como consumidor, mas sem demonstrar qualquer condicionante de garantias de que este consumidor, de fato, se emancipe dos fatores que, estruturalmente, o mantem na pobreza.

Estas questões se tornam mais evidentes quando o Banco Mundial declara como uma das vantagens do programa a condicionante de o pagamento do benefício seja feito, exclusivamente, por via de cartão bancário. Dessa forma, este público alvo mais vulnerável e antes fora do círculo do sistema bancário passa, “do dia passa noite” a integrá-lo, tendo como elo com o capital agora não só o pagamento do benefício, mas também a oferta de crédito. Tem-se como resultado, uma camada de trabalhadores sem reconhecimento de classe, com baixa ou nula renda, baixa escolaridade, imersa em um inflado discurso promotor do orgulho de ser potencial consumidor e sujeita a condições ainda mais complexas diante de um crédito com direcionamento ao endividamento e não a emancipação de sua realidade estruturalmente empobrecida¹⁵.

Outro ponto que levantamos é o baixo questionamento do programa diante das condicionantes de gênero trazidas pelo Banco Mundial ao Estado brasileiro, a serem aplicadas ao Programa Bolsa Família. Nota-se que ainda que percebida a estrutura patriarcal que delibera à mulher a função dentro das relações particulares, mas também sociais, de cuidado as crianças e ausenta os homens de tal responsabilidade, o capital opta por usar tal condição como estratégia de ampliação do consumo.

As próprias diretrizes do Banco Mundial reforçam os estereótipos de gênero, ao afirmar que as mulheres seriam as mais indicadas a receber o benefício, pois refletiriam “a evidência internacional e brasileira que as mulheres são mais propensas a investir a renda adicional no bem-estar de seus filhos. (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 52 apud GOMES, 2011, p. 76).

Mais uma vez, nota-se uma nula intenção por parte deste ator, Banco Mundial, na forma de representação do capital financeiro internacional, em colaborar de fato com o Estado brasileiro, na forma dos governos deste ciclo, em operar como projeto de emancipação das mulheres destas condições de opressão e negação de oportunidades. O Estado, por sua vez, aceita as condicionantes e opera sem

¹⁵ Empobrecida aqui deve ser interpretado não como adjetivo, mas como ação temporamente construída por outrem, sendo os trabalhadores que personificam a “realidade” dentro desta relação como sujeitos passivos, ou melhor dizendo, pacificados. Assim, naturalizando a própria realidade estes trabalhadores que não se reconhecem e tampouco tem seu gênero e raça tomados em consideração pela política do Programa, se inserem, sem questionar, a lógica do capital internacional.

questionamentos às relações de gênero (e raça, haja vista que a maioria das beneficiárias é negra ou parda)¹⁶, fortalecendo assim o discurso de redução de pobreza, como se esta fosse um elemento externo implantado – e em certa medida, neste ponto tem sua razão - e que devesse ser retirado de forma integral e sem efeitos colaterais a realidade afetada.

A ausência de serviços públicos de saúde e educação eficazes faz com que as beneficiárias, segundo elas próprias, se tornem as únicas responsáveis por todo o processo. O simples aumento na renda não é capaz de superar a situação precária da saúde e da educação de alguns municípios do Brasil, onde somente 42,6% das famílias têm acesso à rede de esgotos e 70,3% utilizam o gás de botijão como principal energia para cozinhar. (...) em determinados locais do país, famílias inteiras não conseguem aceder ao PBF pois seus filhos não possuem qualquer registro civil. (...) a falta de creches é um problema para as mães em mais de 827 municípios, que não podem contar com um lugar para seus filhos entre 0 e 3 anos. Os responsáveis pelo PBF já afirmaram repetidamente que o foco do programa é auxiliar as famílias a cumprirem as condicionalidades e não puni-las em caso de não cumprimento. Todavia, o não-cumprimento sucessivo invocaria o aspecto “contratual” do Programa, levando ao bloqueio do benefício, suspensão e ao posterior cancelamento. (GOMES, 2011, p. 76).

A invisibilidade da questão de raça não se limita a população negra, mas se efetiva como uma lógica de colonialista ignorando a diversidade e miséria da realidade também indígena. Quando questionamos a inclusão da população indígena no Programa Bolsa Família, percebemos que o mesmo não foi pensado para incluir suas múltiplas particularidades de vivências.

Analisados os Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígena (BRASIL, 2015), contratados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2015, alguns dados nos chamam a atenção. Para iniciar

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 896.917 pessoas se autodeclararam “indígena” no Censo 2010. Isso corresponde, aproximadamente, a 0,5% da população total do país à época. Deste total, 324.834 pessoas foram registradas como vivendo em “cidades”, e 572.083 em “áreas rurais”. De acordo com dados do MDS, em fevereiro de 2014 existiam 100.614 famílias indígenas cadastradas como beneficiárias do Programa Bolsa Família, distribuídas pelas cinco grandes regiões do país. Em uma estimativa, pode-se dizer então que, se considerado um número

¹⁶ Se consideramos o contexto brasileiro, o PBF se insere em um país onde 33%XXI das famílias são chefiadas por mulheres e, segundo o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 27% são mães solteiras e 64% são negras ou pardas. Ao observarmos as características da pobreza no país, assim como a composição dos beneficiários do Programa, entendemos que as mulheres negras constam frequentemente entre as mais pobres, retrato da persistência de uma desigualdade histórica. (GOMES, 2011, p. 74)

médio de quatro pessoas por família, algo como 44,9% famílias indígenas estariam “aptas” e recebendo o benefício do PBF em fevereiro de 2014. (BRASIL, 2015, p. 2).

Assim, nota-se que o volume proporcional de beneficiários do Bolsa Família entre a população indígena é muito alto, próximo a metade. Por si só, esta informação projeta uma realidade de vulnerabilidade social e econômica deste grupo. Instigados por tal dado, uma busca mais profunda sobre que tipo de informações estariam por desta realidade foi feita. Como resultado, percebemos que as comunidades indígenas encontram obstáculos a cada etapa de efetivação do recebimento do benefício.

Para iniciar, é fundamental que o solicitante do benefício tenha documentação de identificação para apresentar. Parcela considerável da população indígena não possui o documento de identidade ou CPF solicitados pelo cadastro do programa. Contudo, de acordo com a FUNAI, o Estado brasileiro deve ser obrigado a aceitar no lugar, o RANI. O Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) é um documento administrativo fornecido pela FUNAI, instituído pelo Estatuto do Índio, Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973: "O registro administrativo constituirá, quando couber, documento hábil para proceder ao registro civil do ato correspondente, admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova."¹⁷

De acordo com os estudos encomendados, muitas comunidades indígenas relataram terem seus benefícios negados pelo não aceite dos documentos por parte dos funcionários públicos responsáveis por cadastrar estas famílias no Programa. Outra informação captada foi a de que poucas pessoas entre as comunidades indígenas entrevistadas sabiam o que era ou para que servia Cadastro Único (CadÚnico), desconhecendo-o como porta de entrada para diversos outros serviços públicos. Não foi relatada nos estudos analisados nenhuma referência a participação dos indígenas nas instâncias de Controle Social do Programa.

Vencido este obstáculo, as famílias precisam comprovar as condicionalidades nas áreas de educação e saúde dos filhos. Neste quesito como resposta os estudos receberam de parcela significativa dos entrevistados novos questionamentos, referentes aos seguintes pontos: Qual escola? Que se chega a partir de qual transporte? Com qual estrutura? Preparada para ensinar em qual idioma e que

¹⁷ Informação no site da FUNAI. Acesso no dia 10 de junho de 2021. Disponível em: Registro Administrativo de Nascimento de Indígena - RANI (funai.gov.br)

fornece qual material? Qual história estas escolas contam sobre o nosso povo e qual carga horária/calendário seguem?

No que se refere a saúde, o retorno é parecido. Muitas famílias para acessar postos de saúde, de acordo com o relatório referenciado acima, precisam de dias para se deslocarem de barcos, nem sempre sendo recebidos por médicos que podem ou aceitam atendê-los sem que falem português.

Vale lembrar, conforme mencionado anteriormente, que um dos pontos principais trazidos pelo Banco Mundial é a “oportunidade” de inserção dos beneficiários dentro das relações bancárias, sendo necessário portando para a efetivação do benefício para as comunidades indígenas que os mesmos se desloquem até a cidade mais próxima, compareça ao banco, onde serão atendidos em português, estabeleçam um vínculo via abertura de conta bancária e passem, mensalmente a receber nesta conta o benefício do Bolsa Família.

Estas comunidades passam, então, a depender do favor, de acordo com os relatos, geralmente de comerciantes, para poderem busca-los e leva-los para sacar o benefício. Um fato preocupante foi o conhecimento de que em larga medida os cartões são deixados com terceiros que vivem nas cidades e se ofereceram para, a cada mês, ajudar com o trâmite.

Por fim, o modo com que as comunidades indígenas se relacionam com o benefício também nos faz retomar a problematização sobre até que ponto este repasse modifica as estruturas que geram a miséria daquela população. Em boa medida estas comunidades cultivam os próprios alimentos, sendo comum o uso do dinheiro como processo de efetivação de meios não fornecidos pelo estado para garantir as condicionantes do recebimento do benefício, como por exemplo, uso para garantia de transporte para que os filhos cheguem até as escolas. De tal modo que se notou uma expressão informal pela qual algumas comunidades se referiam ao Bolsa Família, o “dinheiro das crianças”. Outro uso comum do dinheiro é para a compra de ferramentas e sementes.

Por fim, percebe-se que a garantia deste benefício a este grupo que muitas vezes sequer tem garantida as próprias terras não gera nem a médio e nem a longo prazo qualquer perspectiva de emancipação. Ainda que o valor tenha efeito de parcial garantia de sobrevivência ou sobrevivência, fica evidente que o Programa Bolsa Família não foi pensado para inclui-los ou muito menos para emancipá-los, mas pelo

contrário, a experiência de integração trouxe a suas vidas ainda mais relações de dependência, que fortalecem as estruturas colonialistas as quais são subjugados.

Como considerações finais as análises deste ciclo, se pondera, portanto, a seguinte premissa. A regulação das desigualdades sociais, tem que tomar em consideração as condições histórico sociais do sujeito, para além da econômica, haja vista que a miséria no Brasil tem raça e gênero predominantes.

2.3.3 Ciclo 3 (setembro de 2016 – até fim de 2020)

Neste ciclo, pretende-se analisar dois fenômenos políticos específicos. O primeiro é o de desconstrução das garantias firmadas pelas políticas progressistas obtidas no ciclo anterior – da posse de Lula, em 2003 até a queda de Dilma Rousseff pelo golpe de estado concretizado em 31 de agosto de 2016 - como processo de desmonte da tentativa de construção de um sistema de bem-estar social no Brasil, ainda que esta tenha nunca tenha de fato rompido com a estrutura neoliberal. Já como um segundo fenômeno, pretende-se problematizar o aprofundamento das relações neoliberais, associada a aprovada Reforma Trabalhista em dezembro de 2016, já no governo de Michel Temer e se estendendo ao governo de Jair Bolsonaro.

Iniciamos por apresentar algumas das políticas de desmonte das garantias conquistadas pelos trabalhadores brasileiros até então. A primeira delas é a Emenda que ficou informalmente conhecida, antes de sua aprovação, como “PEC do Fim do Mundo” e após sua aprovação como Política do Teto de Gastos. Formalmente, esta é a Emenda Constitucional de número 95/2016.

Esta medida de austeridade sem precedentes congela por 20 anos - ou, seja até 2036 - os “gastos” públicos, estabelecendo assim um limite para gastos primários totais do governo federal. A justificativa usada pelo governo para a aprovação do projeto é a de que seria necessário reduzir o ritmo de expansão da dívida pública bruta, para poder ser feita uma regulação fiscal.

A aprovação do projeto como Emenda, frente a uma série de manifestações nas ruas contrárias a mesma demonstrou a ausência de diálogo do Estado brasileiro com a sociedade civil. Para minimizar o impacto negativo sobre a imagem do recém assumido governo de Michel Temer, após o golpe de 2016, se passou a utilizar o discurso de que se tratava de uma medida necessária haja vista a má gestão do

financiamento público e aumento do endividamento do Estado pelos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores. Para Cynara Monteiro Mariano

(...) trata-se de um obstáculo neocolonialista ao desenvolvimento soberano de economias periféricas, que vivenciaram nos últimos tempos governos com tendências populares e mais democratizantes, com o objetivo de domesticá-las na tradicional relação econômica de dependência com as economias do capitalismo central. (...) O teto de gastos públicos do governo federal brasileiro, implementado pela EC 95/2016, é, portanto, uma ofensiva conservadora de retirada de direitos sociais, tendo como alvo prioritário o projeto constituinte de 1988, que exige a intervenção do Estado para a redução das severas desigualdades sociais e econômicas, necessária para uma economia verdadeiramente soberana. (MARIANO, 2017, p. 277-279)

Ao fim, esta política acabou por reduzir investimentos em diversas áreas básicas a redução da desigualdade no país, como por exemplo saúde e educação. Como trabalhamos ao início deste capítulo, não somente as políticas diretamente afetam a forma com que os trabalhadores se relacionam com o trabalho. A inviabilidade da manutenção da classe trabalhadora mais pobre acessando e se mantendo dentro das universidades representa ao país uma abertura para subjugação de uma classe intelectualmente mais preparada sobre outra classe empobrecida nos seus mais diversos sentidos.

A redução dos investimentos a longo prazo, limita também a possibilidade de governos futuros atuarem com autonomia quanto ao seu próprio projeto de desenvolvimento nacional. A exceção ao caso se daria, somente, caso um governo futuro, revogando tal Emenda¹⁸. Especialmente para mulheres e para a população não branca, que se desfavorece no contrabalanceamento de forças dentro das relações de trabalho, tal medida se mostra como um projeto de manutenção do colonialismo e do patriarcado, na medida em que aprisiona aos não brancos o papel social de fornecimento de mão de obra barata e as mulheres o subjugamento de manterem-se presas a esfera privada de seus lares.

Outra mudança interpretada por especialistas como uma política de desmonte do projeto de construção de um sistema de Bem-Estar social no Brasil, foi a Reforma da Previdência. Antes de tomar guíarmos a discussão sobre esta contrarreforma vale

¹⁸ Indicamos para aprofundamento na discussão o artigo “Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre” de Cynara Monteiro Mariano, Professora Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, publicado na Revista de Investigações Constitucionais.

ressaltar que a Previdência Social se trata de uma garantia constitucionalmente prevista mais ampla.

Segundo o Artigo 194 fica estabelecido que “a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, devendo garantir: a universalidade do atendimento; a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; a irredutibilidade do valor dos benefícios; a equidade na forma de participação no custeio; a diversidade das fontes de financiamento e a participação democrática da comunidade em sua gestão (SILVA, 2019)¹⁹.

O debate trazido pelo Estado, na forma do governo de Michel Temer e assumido pelo atual presidente Jair Bolsonaro é o de que o país, em pouco tempo não teria mais orçamento para manter a estrutura das aposentadorias como é hoje. Isso se daria pois, supostamente, o valor montante pago pela Previdência estaria sendo maior do que o valor arrecadado²⁰. Segundo especialistas, para além de não verídico e tendencioso, frente a opção por abster-se de receber e taxar, por exemplo, as camadas mais altas do empresariado nacional.

Outros dados importantes a serem tomados em consideração concernem ao fato de a Reforma considerar de forma insuficiente as diferenças raciais e sexuais na divisão do trabalho. Assim, esta mudança tem muito mais para agravar as discrepâncias do que a resolver a premissa inicialmente posta pelo Estado.²¹ Abre-se então margem para contestação da intencionalidade desta reforma como paralela ao

¹⁹ Para aprofundamento na discussão indicamos o Artigo “Análise crítica da proposta de reforma da previdência social no Brasil entre os anos 2016 e 2018”, de Mauri Antônio da Silva, Doutor em Serviço Social, publicado na Revista Acadêmica Serviço Social e Sociedade. Acesso: 9 de junho de 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.175>

²⁰ Ainda que o coeficiente Gini tenha permanecido estável, em torno de 0,60, os salários reais médios caíram 8% entre 1994 e 2001 e a participação dos salários na renda nacional diminuiu de 50% em 1980 para 40% em 2020. (SAAD FILHO; MORAIS, 2020, p. 127)

²¹ Mas porque o capital consegue exercer tanta influência sobre as políticas públicas e sobre a cidade? “E por que as forças populares são relativamente fracas contra esse poder?” (HARVEY, 2009). Um importante fator é a política de austeridade, onde são cortados investimentos públicos para o bem-estar social. Nessa lógica, a poupança é considerada oposta ao consumo e o governo é obrigado a cortar gastos pois não há arrecadação suficiente. Políticas como a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a liberação para saque do FGTS, implementadas no contexto pós golpe de 2016, são austeras porque reduzem o custo do trabalhador e aumentam a desigualdade social. Segundo a revista Carta Capital (2017), “no neoliberalismo, a austeridade é usada para aumentar a injustiça no uso dos recursos, aumentar a concentração da renda nacional e prejudicar seu crescimento e da geração de empregos”. (SEFAIR; CUTRIM, 2019, p. 35).

desmonte das garantias dos trabalhadores de melhores condições de segurança e trabalho frente ao mercado.

Dados do IBGE de 2017 apontam que o envolvimento das mulheres em atividades produtivas é menor que o dos homens; aquelas que participam do mercado de trabalho ocupam posições menos valorizadas socialmente e com remuneração média 28,8% inferior à dos homens, cerca de um terço ganhava até um salário mínimo; além disso, a desocupação é maior entre as mulheres, especialmente jovens, do que entre os homens; e quase metade daquelas ocupadas não possuía carteira assinada, trabalhando em atividades informais, por conta própria ou como auxiliares de familiares. Sobre as mulheres negras, a desigualdade tem ainda maior peso pela dupla discriminação enfrentada no mercado de trabalho, sua remuneração média é 70,5% menos que as mulheres brancas. Com índices de informalidade altos e salários baixos, mais de um terço das mulheres ocupadas, ou seja 14,5 milhões de mulheres declararam não estar contribuindo para a Previdência, percentual que chega a mais de 60% entre as trabalhadoras domésticas e trabalhadoras por conta própria (IBGE, 2018 apud DIEESE, 2019 apud SEFAIR, C., CUTRIM, I., 2019 p. 35).

2.3.3.1 Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)

Em dezembro do ano de 2016 tramitou pela Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.787, que propunha modificar dispositivos da Legislação Trabalhista brasileira. Segundo a PL, o Brasil estaria ultrapassado na forma com que regulamentava as relações de trabalho, onerando demasiado a balança (patrões - funcionários) sobre os empregadores e dificultando a livre comunicação entre as partes no que se refere aos acordos individuais e coletivos.

Além disso a proposta alegava a urgência pela diminuição da demanda que chegava à Justiça do trabalho, especialmente de processos que poderiam ser resolvidos extrajudicialmente, através de negociação entre empregado e empregador, quanto a verbas rescisórias, por exemplo.

Em oposição a estas premissas, pesquisadores e juristas, argumentam que a Reforma Trabalhista retrocede com garantias constitucionais. Isso se dá na medida em que incide sobre direitos conquistados. Especialistas ainda reforçam que estas movimentações de estreitamento das relações entre o Estado brasileiro e o capital internacional tem se tornado cada vez mais comuns.

Sabe-se, no entanto, que desde 1990 existe um contínuo aprimoramento de medidas que visam desregular direitos e flexibilizar relações de trabalho (KREIN, 2003, p. 272). Elas pretenderam inserir o Brasil no mercado mundial durante um processo intenso de globalização, circulação financeira, desobstrução ao mercado internacional, privatização e estabilização

monetária. Esse conjunto de razões inflamou o discurso da necessidade de reformular contratos de trabalho perante o novo mercado, verdadeiro clamor por isonomia entre as partes no contrato empregatício e autonomia do trabalhador (ANTUNES; OLIVEIRA; FERRER, 2019, p. 2077)

Em julho de 2017 o Projeto de Lei é aprovado e dá origem a Lei nº 13.467. Se tratando de uma pesquisa focalizada, o ponto de atenção dessa política que escolhemos para problematizar, pelas óticas do colonialismo e do patriarcado, é a de acesso à justiça após a aprovação desta lei. De fato, os trabalhadores conseguiram estabelecer tais relações equilibradas de negociação? O que os dados sobre acesso à justiça do trabalho nos permitem inferir sobre a eficiência desta Reforma Trabalhista?

Analisando os dados coletados do Relatório IPEA²² “Reforma Trabalhista e suas Implicações no Acesso à Justiça: uma perspectiva da pesquisa empírica em direito”, de setembro de 2020 identificamos que

(...) ao contrário do sustentado nas razões da reforma, a litigância não pode ser visualizada como um embate de partes igualitárias. Isso porque, a renda média do autor da ação trabalhista é intermediária-baixa: 90,1% recebiam até R\$ 4 mil, e deste número, 62,5% até R\$ 1.996,00. A hipossuficiência é latente. Grande parte das causas trabalhistas é movida por empregados com baixos salários e instrução, alocados nos setores de serviços e vendedores do comércio (33%) e trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (27%). (BRASIL, 2020b, p. 4)

Outro ponto onde se pode contestar a premissa do equilíbrio de forças entre as partes é no nível de demissões quando comparados ao nível de acordos de verbas rescisórias. De acordo com o relatório, em 86% dos autos as rescisões do contrato de trabalho foram involuntárias. Nesses casos, é comum que se discuta em juízo as verbas rescisórias. Os casos de comum acordo, por sua vez, foram de apenas 2,6%. Este dado comprova a baixa eficácia da reforma trabalhista em promover e zelar pela paridade de forças das negociações entre empregados e empregadores²³.

No que se refere ao acesso à justiça, mais um obstáculo enfrentado pelos trabalhadores para negociar seus direitos é a falta de acesso até mesmo aos próprios

²² Relatório acessado em: 9 de maio de 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10412>

²³ Os dados revelaram um trabalhador nitidamente hipossuficiente, com baixos salários e instrução, de quem também foi retirada a representação sindical e a tutela em processos de rescisão contratual, comprovadas pela queda das taxas de patrocínio sindical na Justiça do Trabalho, principalmente a partir da desobrigação da taxa de contribuição. (BRASIL, 2020b, p.8)

contratantes. Isso porque o art. 4º-A da Lei 6.019/197, com redação dada pela Reforma Trabalhista - Lei 13.467/2017-, passou a prever o direito de terceirização da mão de obra dos trabalhadores na transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

Com isso, o contratante – não mais empregador – limita seu vínculo com o trabalhador, de modo a diminuir sua responsabilização com o mesmo. Dessa forma, um trabalhador pode prestar seus serviços a uma empresa, sem ter sua carteira assinada pela mesma ou obter, por parte da mesma, qualquer garantia de indenização em casos mais graves de acidente de trabalho ou mesmo morte. Este processo se complexificou de tal modo que gerou o fenômeno social trabalhista que ficou conhecido como a uberização das relações de trabalho. Este fenômeno será trabalhado mais a fundo no capítulo seguinte.

Para concluir a análise deste ciclo, utilizaremos das contribuições de Rebecca Sandefur (2009) sobre o acesso à justiça. Segundo ela o acesso pode ser analisado a partir de duas vertentes, a comportamental e a perceptiva. Por comportamental se aplica uma lógica de efetivação de meios por parte do Estado para que o sistema de justiça atue. Já a vertente perceptiva, se refere ao comportamento dos atores da sociedade civil quanto ao seu processo de compreender, demandar e se fazer representado perante seus direitos.

A partir dessa lógica, ainda que o Estado brasileiro na forma da Justiça do trabalho e suas instituições garantissem meios para que os órgãos de julgamento funcionassem e pudessem ser acessados, ainda que a este ponto também possam ser feitas inúmeras ressalvas, o mesmo não pode ser dito quanto as previsões (ou não previsões) para facilitar esta efetivação da justiça de baixo para cima, por esta parcela da sociedade com características marcantes de vulnerabilidade em suas mais diversas formas.

CAPÍTULO 3 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS VIA ENTREVISTAS

Na primeira seção desta dissertação trabalhamos com a estruturação de um referencial teórico, capaz de nos dar embasamento para discutir os pilares estruturantes dessa pesquisa, o neoliberalismo e seus impactos sobre as relações de trabalho, a partir das noções de colonialismo e patriarcado. Posteriormente, na segunda seção, trabalhamos com a problematização de dados que refletem padrões relacionais entre o neoliberalismo e a classe trabalhadora, tanto quantitativamente, na forma de pesquisas estatísticas, quanto qualitativamente, por meio de regimentos legais, mostrados através de políticas aplicadas em três ciclos do neoliberalismo preestabelecidos na metodologia desta pesquisa. Nesta última seção buscaremos, através de entrevistas concedidas por trabalhadoras militantes organizadas em movimentos sociais feministas e antirracistas, analisar como estas percebem, a partir da vivência de trabalhadores, o impacto do neoliberalismo sobre as relações de trabalho no Brasil, dentro do recorte temporal proposto.

Para esta parte, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas, em profundidade. A proposta é captar a narrativa, desde o ângulo do próprio trabalhador, dentro da práxis laboral, seja esta nos moldes “formais” ou “informais” da economia. Já quanto a sua organização, este capítulo foi estruturado a partir dos principais pontos obtidos nas respostas às perguntas feitas nestas entrevistas.

Assim, o que faremos será trazer estes pontos de vista e compará-los tanto entre si como em relação ao referencial teórico até este ponto trabalhado, de modo a percebermos o que temos de novo, quais pontos foram reforçados ou mesmo quais foram postos “em xeque” diante da verificação da hipótese até aqui trabalhada. Ressaltamos que apesar do direcionamento das entrevistas semi abertas, as entrevistadas tiveram a liberdade de trazer suas próprias percepções sobre urgências temáticas, focando, por vezes, no contexto mais recente.

Por um lado, ponderamos tal posicionamento como um termômetro da visão das entrevistadas quanto a complexificação histórica dos efeitos do objeto de estudo sobre as relações de trabalho. Por outro, salientamos que o aprofundamento da temática nas décadas anteriores foi feito nos dois primeiros capítulos dessa pesquisa, servindo também como parâmetro de comparação para uma análise diacrônica.

3.1 Entrevistadas

A primeira entrevistada foi Adriana Martins. Feminista antirracista, milita desde os seus 18 anos, tendo 32 anos de engajamento em movimentos sociais. Ressalta que nunca foi candidata. A nível nacional ela compõe a Articulação de Mulheres Negras²⁴ há 16 anos. Faz parte também do Movimento Negro Unificado (MBU)²⁵ de Nova Iguaçu desde 1993, movimento existente há 45 anos. Ela apresenta a MBU como movimento independente, composto por mulheres negras ribeirinhas, mulheres indígenas, mulheres organizadas em ONGs, mulheres autônomas e mulheres organizadas em movimentos negros. Adriana também compõe a Frente Nacional Antirracista²⁶, trabalhando diretamente na luta contra o racismo e na captação de alimentos para a montagem de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade. Ela é membra também do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e também a Comissão Pequena África. Participa também do Movimento Ambientalista Pró Rebio Tinguá, em defesa das reservas da região e suas comunidades e também é liderança do Movimento Guerreiras da Palhada, movimento feminista e antirracista, que ajuda a população em situação de vulnerabilidade no bairro da Palhada, na Baixada Fluminense.

A segunda entrevista foi feita com Graciela Rodriguez. Graciela trabalha, fundamentalmente, no fortalecimento do movimento de mulheres brasileiro, latino americano e global através de capacitação e escrita de artigos e material de divulgação nas áreas da macro economia, comércio global e integração regional e sul-sul. Ao mesmo tempo realiza trabalhos de acompanhamento e incidência junto ao governo brasileiro em diversos temas de política exterior, em especial em negociações de acordos comerciais e investimentos, na reforma da estrutura financeira global e regional e sobre o processo de governança global no G20 e na ONU. É hoje coordenadora do Instituto EQUÏT –Gênero, Economia e Cidadania Global, forma parte da Rede de Gênero e Comércio e é membra da Coordenação da REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

²⁴ Movimento feminista antirracista e anticapitalista, existente há 25 anos.

²⁵ Na MBU são pautadas as temáticas do feminismo, da violação dos direitos das mulheres indígenas, a legalização do aborto seguro, a violência de Estado, o racismo ambiental, entre outros. A meta é mudar as relações de gênero e mudar o mundo através do olhar do feminismo.

²⁶ Nacional Antirracista se organiza em mais de 600 entidades a nível nacional.

Já a terceira entrevista foi concedida por Edmeire Exaltação. Edmeire é uma ativista feminista negra. Nasceu na Bahia, mas mora Rio de Janeiro há 40 anos, onde construiu seu histórico de militância e luta contra o racismo e contra as desigualdades sociais e laborais. Ela é dirigente e fundadora – junto a Ruth Pinheiro - da ONG de mulheres negras, Casa das Pretas²⁷ que funciona como ponto de referência para mulheres negras e onde participou de vários trabalhos a ex-vereadora brutalmente assassinada, Marielle Franco. Edmeire criou uma sólida rede de mulheres que está há anos intervindo na sociedade, enfrentando e questionando situações de violência e vulnerabilidade. Já criou vários projetos na área da cultura, educação, além de promover o debate de igualdade de oportunidades. Atualmente se descreve como imersa no papel de acreditar em um futuro melhor e possível não só para as mulheres negras, mas para todas e todos os trabalhadores.

3.2 Percepções Gerais Sobre o Neoliberalismo Brasileiro

A partir da entrevista um ponto problematizado com todas as participantes foram as percepções sobre as particularidades do neoliberalismo, buscando instigar o debate. Posteriormente, sobre as particularidades do sistema no Brasil. Um ponto inicial trazido como comum pelas entrevistadas foi uma contextualização prévia do sistema como um modelo de caráter internacional e que mais do que rupturas com o liberalismo tradicional, se moldou a partir do aprofundamento e aperfeiçoamento das ferramentas de opressão do mesmo.

Graciela fundamenta que o sistema por si só não tem estruturas fechadas, sendo um de seus pontos a própria capacidade de adaptação ao contexto.

O neoliberalismo também tem mudado muito em si. Uma coisa é o neoliberalismo quando surge como proposta com Margaret Thatcher, Reagan, no final dos anos 70, 80 e eles criam todo um processo de ampliação global do sistema produtivo. E outro o processo de financeirização do neoliberalismo que tem dado nesse novo estágio onde o importante não é

²⁷ A Casa das Pretas abriga o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Osvaldo dos Santos Neves e a ONG Coisa de Mulher. Juntas, essas entidades já desenvolveram, ao longo de aproximadamente 20 anos, ações que vão de assistência psicológica e doação de produtos de higiene pessoal a mulheres negras presas até cursos de capacitação. Com a sede, a proposta é fazer do local um espaço de produção de conhecimento. Isso tem sido realizado por meio de oficinas e palestras cujo mote é resgatar a autoconfiança das mulheres negras e fazer com que tenham clareza sobre seus direitos. Descrição da Organização concedida em entrevista ao Instituto Igarapé, disponível em: <https://igarape.org.br/enquanto-forcas-militares-ocupam-as-ruas-do-rio-mulheres-agem-por-meio-da-cultura-e-da-educacao/> Acesso: 14 de junho de 2021.

tanto o modelo produtivo neoliberal, mas sim o modelo financeiro neoliberal. Essa mudança é uma mudança que se viveu no Brasil, mas também se viveu no nível internacional. (informação verbal)²⁸

Refletindo sobre este ponto, podemos perceber, que a questão ressaltada por Graciela Rodriguez dialoga com a teoria de Andrade (2019), conforme trabalhado no referencial teórico desta pesquisa, o qual apresenta a incompletude proposital do neoliberalismo como um de seus principais recursos de adaptação a diferentes ambientes.

Já Adriana Martins contextualiza o sistema ressaltando que

O neoliberalismo não é brasileiro, ele é internacional. Ele é o capitalismo reinventado mais agressivamente. Se a gente olhar pelo ponto de vista racial a escravização e comercialização de seres humanos foi para fazer o enriquecimento do capitalismo. O capital só se firmou pela comercialização e escravização do povo negro. Então o racismo é a espinha dorsal do capitalismo. O neoliberalismo agora vem para aumentar a pobreza. Ele vem para aumentar o genocídio. Ele vem para colocar as mulheres em maior grau de vulnerabilidade. Ele vem para tirar postos de trabalho. (informação verbal)²⁹

Em consonância, Graciela pontua o sistema como um modelo com capacidades e fundamentos estruturalmente opressores, que vem se aprimorando ao longo do tempo. Segundo ela, precisamos pensar que saímos de um neoliberalismo século XX para um neoliberalismo financeirizado, digital e cibernético no século XXI.

Dentro deste cenário, nos cabe pensar a posição do Brasil quanto ao seu plano de desenvolvimento nacional, tanto em seu caráter doméstico, quanto no papel internacional que nos é imposto neste novo modelo, como ator estratégico e simultaneamente agente da periferia. Graciela ressalta que o sistema se expressa sempre de forma desigual e dependente na periferia do mundo. Estas relações vão se dando, se entrelaçando e formando tecidos nessa profunda modificação no mundo do trabalho.

O neoliberalismo tem mais aspectos que o econômico, como se pensava pelos anos 70, 80. Ele foi se aperfeiçoando em suas formas de exploração e conquista do conjunto da vida. Ele é um sistema complexo de dominação e exploração das riquezas, das pessoas, da mão de obra, dos territórios e das subjetividades. Neste sentido, o Brasil é hoje um laboratório para pensar as

²⁸ Entrevista concedida por RODRIGUEZ, Graciela. Entrevista II. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (58 min).

²⁹ Entrevista concedida por MARTINS, Adriana. Entrevista I. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (67 min).

novas formas de controle deste modelo de exploração neoliberal. (informação verbal)³⁰

Notamos aqui um diálogo dos pontos trazidos pelas entrevistadas com o papel desdemocratizador da sociedade o qual teria, segundo Wendy Brown (2019), o neoliberalismo. Para a autora, conforme apresentado inicialmente em nosso referencial teórico, o sistema neoliberal afeta a economia, mas também afeta as relações sociais, a política e dentro dela a democracia.

Outro aspecto que percebemos por meio desta fala foi o alinhamento de narrativas referente a insuficiência da economia em lidar com este quesito por si só. Notamos assim, que ainda que seja essencial o debate das relações trabalhistas pela via econômica, é inviável para a profundidade da discussão tratar o neoliberalismo exclusivamente por ela, sem a integração dos debates do colonialismo e do patriarcado, especialmente para se debater o Brasil, dentro do acumulado histórico proposto por esta pesquisa.

Já quanto ao critério de percepção de onde vem esta opressão, ou seja, quem representa estas estruturas neoliberais no Brasil, Adriana Martins articula

Nós mulheres negras somos frutos do racismo e do machismo. O patriarcado é representado pelo homem com dinheiro rico, então o homem branco. A burguesia branca, masculina. Que pensa a estrutura de poder, que pensa as estruturas de manutenção do machismo e de racismo no país. Quem fazem as leis são os homens brancos e com dinheiro. Bancada da Bala, da Bíblia, os grandes banqueiros, por exemplo. Essa é a cara do patriarcado que nós temos. Então se for para pensar são eles que fazem a gestão da economia. Não só aqui, mas no mundo. A nossa luta é contra este grupo, rico. Quando eu digo rico, eu digo rico mesmo, de poder determinar a estrutura do país, inclusive capaz de comprar juiz. (informação verbal)³¹

Edmeire Exaltação, por sua vez, pontua a temática neoliberal na entrevista em uma inevitável conexão ao próximo aspecto da entrevista, mostrando uma dualidade entre quem é o neoliberalismo e a noção de classe trabalhadora. Para Edmeire o neoliberalismo se utiliza do controle da população para defender o sistema em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Esta argumentação se aprofundará no item abaixo.

³⁰ Entrevista concedida por RODRIGUEZ, Graciela. Entrevista II. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (58 min).

³¹ Entrevista concedida por MARTINS, Adriana. Entrevista I. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (67 min).

3.3 A Cara e o Corpo da Classe Trabalhadora Brasileira

O segundo ponto trabalhado na entrevista e que ressaltamos até mesmo dificuldade de separação para estrutura deste capítulo, haja vista tamanha conexão com o todo, é a temática de quem compõe a classe trabalhadora brasileira. Quem são estes trabalhadores? Existem padrões dentro de determinadas categorias de trabalho que se conectem a perfis específicos de trabalhos? Como este tópico se articula às estruturas do colonialismo e do patriarcado trabalhadas até então?

Adriana Martins abre a temática com considerações a respeito dos efeitos desiguais do neoliberalismo sobre os trabalhadores brasileiros, de acordo com o critério de raça.

A classe trabalhadora formal, como você diz, hoje não é o povo negro tá? Nós estamos na economia informal. Somos a maioria fora da economia formal. Tanto homens quanto mulheres negras. Temos quase 15 milhões de desempregados nesse país. E nós vemos essa diferença de ter um trabalho formal e do que isso gera. O povo negro desde os tempos escravagistas, a gente já se via na rua. Hoje a segue vendendo na rua. A classe trabalhadora (formal) é então um percentual de uma parte específica da população brasileira.” (informação verbal)³²

A entrevistada Graciela Rodriguez soma a discussão trazendo o ponto da transformação das características do que se entende por classe trabalhadora. Segundo ela se no século passado se chamava de classe trabalhadora o trabalhador formal, tendo a imagem, em boa medida do homem operário, industrial, muito marcado pelo trabalhador de fábrica, agora essa fábrica vai se desmontando, ou em suas palavras, “vai se decompondo, se desorganizando, e junto com ela vai o trabalho e os setores de trabalhadores”

Percebemos nessa narrativa, portanto, o surgimento de novos sujeitos sociais dessa situação do modelo de trabalho. É a partir desse ponto que Graciela traz a noção da economia feminista e da economia do cuidado, mostrando a importância de se pensar não só a exploração do trabalho das mulheres, mas do papel da luta feminista em criar condições de gerar consciência na classe trabalhadora feminina, especialmente a não branca, sobre seu papel, cada vez mais marcante, na composição desta estrutura historicamente invisibilizada.

³² Entrevista concedida por MARTINS, Adriana. Entrevista I. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (67 min).

Nessa caracterização dou muita importância a questão que são estruturantes da exploração do trabalho que tem a ver com as discriminações de raça e de gênero que, como são tão determinantes para a criação de riqueza no capital, elas se tornam muito importante até para a própria modificação do conceito de classe. Ou seja, tem a ver com o que o próprio feminismo tem avançado sobre essa caracterização. Então esta lógica que a economia feminista traz, que o feminismo traz, de visibilizar, de mostrar como produz riqueza este trabalho, coloca as mulheres também em uma nova situação no mundo do trabalho que tem a ver com as lutas da classe trabalhadora porque insere elas na classe trabalhadora e não só as que fazem o trabalho remunerado, formal, vamos dizer assim. Então, com o fato da realização das tarefas domésticas ela já está produzindo valor, então ela já é parte da classe trabalhadora. (informação verbal)³³

A argumentação de Graciela Rodriguez dialoga diretamente com a de Silvia Federici (2017) que explica o trabalho doméstico não remunerado como gerador de riqueza e, ao mesmo tempo, de invisibilização das mulheres. Segundo a última autora, o trabalho feminino, especialmente no que desrespeito ao trabalho de cuidado, é usado como ferramenta segregadora na divisão da força de trabalho e na relação de poder, e, por conseguinte, como um imenso impulso à acumulação capitalista.

Exaltação, por sua vez, traz em consideração que o impacto das construções sociais e dos eventos históricos os quais as sociedades protagonizam afetam diretamente a formação do imaginário coletivo e, conseqüentemente, a forma com que se percebem diante uns dos outros. Conseqüentemente, segundo ela, não é possível analisar as relações de trabalho de um país sem tomar em consideração os seus contextos históricos. Em análise local, Edmeire Exaltação pondera

A sociedade brasileira tem uma relação muito ruim com a ideia de trabalho. Isso concorda com o nosso histórico. Foram mais de trezentos anos de escravidão e essa visão negativa do trabalho ainda está muito viva no imaginário do nosso povo, em todas as classes, tanto nas elites que tem uma visão ainda escravista das prestações de serviço, das relações de trabalho, quanto do trabalhador mesmo, que ainda tem aquela mentalidade mesmo de associar o seu trabalho a um evento servil...incorpora isso. O racismo estrutura a sociedade brasileira. É quem define quem pode ter acesso ou não ao privilégio. (informação verbal)³⁴

Notamos aqui uma conexão direta da argumentação trazida pela entrevistada com a teoria de Fanon (1966), trabalhado inicialmente em nosso referencial teórico, o qual elabora que o colonialismo desumaniza todos os atores envolvidos no processo

³³ Entrevista concedida por RODRIGUEZ, Graciela. Entrevista II. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (58 min).

³⁴ Entrevista concedida por EXALTAÇÃO, Edmeire. Entrevista III. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (47 min).

de opressão. O colonizador perde sua capacidade de perceber o outro como humano e o colonizado tem sua humanidade roubada no processo, o qual afeta diretamente sua relação de percepção sobre sua própria identidade.

3.4 Pandemia

A temática da pandemia foi um assunto recorrente à fala de todas as entrevistas. Assim, ainda que não seja objeto direto de nosso estudo, será trazida como ferramenta para pensarmos e contestarmos a teoria até aqui articulada, pois além de ter seu impacto direto nas relações de trabalho, se encaixa ao período histórico de análise dessa pesquisa.

Primeiro, uma premissa comum foi trazida pelas entrevistadas, o efeito de aceleração que a pandemia deu ao avanço tecnológico, no que desrespeito a adaptação das relações de trabalho da via presencial para a virtual. A partir desse ponto, três consequências foram ressaltadas: o aumento do desemprego, a transformação dos espaços privados dos lares em fábrica e a construção do distanciamento social da classe trabalhadora.

Graciela Rodriguez pontua que o desenvolvimento tecnológico fez com que muitos trabalhos se tornassem desnecessários, o que impactou rapidamente no aumento do desemprego. Ela pondera, contudo, que essa não é uma característica causada pela pandemia, mas apenas intensificada pela mesma e que em suas palavras serviu “como o anel ao dedo” ao neoliberalismo, para remodelar as estruturas e relações de trabalho.

Na tentativa de reduzir os prejuízos ou mesmo gerar ainda mais lucros, grandes e médias empresas passaram por processos de demissão em massa. Já os pequenos negócios, que não tinham condições de se manter durante o período da pandemia, tiveram que fechar as portas. Quanto a este ponto, se notou uma segmentação de gênero e raça no impacto dessas demissões, assim como na determinação do que se tomaria como trabalhos essenciais.

Alguns grupos que conseguiram manter seus trabalhadores, passaram a trabalhar de casa e fizeram de seus espaços privados, parte da estrutura de suas empresas. Outros, sequer possuíam condições materiais ou receberam a instrução necessária para pleitear uma condição de trabalho home office. Para muitos manter suas residências já era, por si só o desafio, haja vista a queda do orçamento familiar.

Já certos trabalhos tiveram que lidar com uma dualidade que passa a dizer muito sobre as prioridades do neoliberalismo, a definição de serviços essenciais. Como o próprio nome diz, os trabalhos essenciais seriam aqueles sem os quais a sociedade não conseguiria ficar sem, sendo necessário que estes trabalhadores seguissem deixando suas casas diariamente para prestá-los, ainda que para isso tivessem que se expor a possibilidade de contaminação.

Contudo, como ressalta Adriana Martins, estes trabalhadores sequer foram citados nas listas de prioridade de vacinação, como é o caso, por exemplo das empregadas domésticas. Para ela, ainda que isso traga um forte estigma de gênero, devemos tomar também em consideração a questão racial. “Se a maioria das domésticas fossem mulheres brancas ia botar como prioritário na vacinação, mas como a maioria são mulheres pretas não foram.” Assim, ter uma mulher, pela composição majoritária da classe, negra, servindo e cuidando das tarefas domésticas, ainda que para outras mulheres brancas, foi tomado pela estrutura de mercado brasileira como algo indispensável. Adriana ainda complementa como o impacto neoliberal sobre os serviços públicos afetou de forma ainda mais intensa os trabalhadores dentro do contexto pandêmico

Você tem o sucateamento dos serviços básicos, essenciais. Vemos aí a saúde e a educação. Se a pessoa não tem acesso à educação, não encontra um trabalho. Se não tem saúde, você vai morrer mais rápido. Isso ficou nitidamente demonstrado nessa pandemia. (informação verbal)³⁵

Edmeire Exaltação explica a situação a partir de exemplos práticos dentro do cenário de trabalho das empregadas domésticas na cidade do Rio de Janeiro.

Sobre a questão dos trabalhos essenciais. Essenciais para quem? A relação das patroas com as empregadas... muitas pegaram o vírus porque as patroas haviam chegado do exterior, da Europa, das suas viagens internacionais. E as empregadas tinham que circular, pegar ônibus, trem, para servir suas patroas. Os BRTs, que saem da Zona Oeste e vão para a Barra da Tijuca, os trens, ônibus super lotados. Lotados de trabalhadores que não foram dispensados dos seus trabalhos, que não conseguem ficar em casa porque até para ficar trabalhando de casa, do seu computador, você precisa ter um certo status também, ainda mesmo que seja sendo explorado. (informação verbal)³⁶

³⁵ Entrevista concedida por MARTINS, Adriana. Entrevista I. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (67 min).

³⁶ Entrevista concedida por EXALTAÇÃO, Edmeire. Entrevista III. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (47 min).

Tais considerações nos remete as argumentações inicialmente apresentadas em nosso referencial teórico. Em resgate, Oliveira e Rizek (2007) nos alerta para uma colonização da política pela economia, onde indivíduos de maior renda exerceriam de forma mais ampla sua cidadania em relação a sujeitos com menor renda ou renda nula.

De acordo com Graciela Rodriguez, na pandemia a casa se transforma em fábrica e tudo se mistura. Isso se tornou ainda mais urgente de ser debatido uma vez que as mulheres se tornam cada vez mais sobrecarregadas e retornam ao seu papel exclusivo de cuidadoras, uma vez que trabalhando de casa elas não têm mais o tempo ou o espaço de se desvincular da imagem de responsável pelas tarefas domésticas, do que já faziam junto com o trabalho remunerado.

Outro ponto paralelo tratado nas entrevistas foi como os trabalhos de *home office* trouxeram ao mesmo tempo que uma informalização, também uma paralela precarização das relações laborais, uma vez que trabalhadores foram obrigados a prestar seus serviços a partir de seus próprios custeios de internet, eletricidade e por vezes até mesmo de seus próprios computadores.

Este ponto se conecta com outro agravante, o do distanciamento entre os trabalhadores. Para Edmeire este ponto é assunto tema de grande preocupação.

Você não pode fazer uma revolução de casa, olhando para uma telinha de computador. Então essa pandemia afeta vários setores da sociedade, incluindo os movimentos sociais. Não vamos mudar o mundo, sentadas em uma cadeira em frente ao computador. O movimento social dos trabalhadores é um movimento estritamente presencial, é olhar no olho, assumir o compromisso. (informação verbal)³⁷

Em consonância, para Graciela, esta característica contextual foi aproveitada pelo neoliberalismo para sua atualização sistêmica, dentro das transformações já em voga no mundo do trabalho.

Existe também uma forte tendência ao trabalho ainda mais individualizado que significa um enorme empecilho para qualquer tipo de organização dos trabalhadores, desfazendo laços de proximidade, identificação, unidade, que eram base das formas organizativas dos trabalhadores. Isso é algo bastante grave dessa época. (informação verbal)³⁸

³⁷ Entrevista concedida por EXALTAÇÃO, Edmeire. Entrevista III. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (47 min).

³⁸ Entrevista concedida por RODRIGUEZ, Graciela. Entrevista II. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (58 min).

As argumentações das entrevistadas nos refletem as ponderações de Poulantzas (2010) sobre uma intencional força de distanciamento dos trabalhadores, com o intuito de evitar a geração de vínculo, sentimento de pertencimento e unidade. Assim, a capacidade de organização é, não só teoricamente desestimulada, mas na empiricamente dificultadas, ou se por ventura formada é, paulatinamente, desarticulada.

3.5 Integralidade do debate versus sectarismo

Este debate foi trazido às entrevistas com o objetivo de verificar como as entrevistadas se percebiam e como elas percebiam a classe trabalhadora, especialmente no que desrespeito às minorias. Em outras palavras, verificar se consideravam gênero e raça como elementos constituintes da noção de classe ou se suas lutas se passavam por dessa estrutura.

Para testar tal ideia se dividiu a discussão em dois momentos, o da opressão e o da luta. Dentro do primeiro momento, se pretende verificar o que se entende como fonte dessa opressão justamente para verificar se seriam fatores mais direcionados a um dos elementos (raça, classe ou gênero) ou se seriam fatores que, pelas falas das entrevistadas, articulam como “alvo” estas três frentes ao mesmo tempo. Já quanto ao segundo momento, se pretende verificar como elas pensam a luta contra essa opressão, se de forma sectária - ou seja, por uma luta exclusivamente feminista, ou estritamente antirracista ou predominantemente laboral - ou de forma integral.

Se notou na fala das entrevistadas, no que se refere ao primeiro momento, que a opressão é percebida não somente em suas expressões laborais, mas também na segregação que as coloca em uma posição de não poder, sequer, pleitear melhores condições como trabalhadoras. Isso porque, antes mesmo de serem segregadas como trabalhadoras, estas mulheres já estão sendo subjugadas como cidadãs, dentro de seus territórios, por critérios de gênero e raça.

Gênero, raça e classe têm que andar junto. Para algumas linhas do feminismo, o movimento começou com as sufragistas. Para mim, o movimento que eu defendo, começou quando a primeira mulher negra foi arrancada do continente africano para trabalhar como escrava. Olhando para trás, no período da escravização, as mulheres brancas passavam por processos de dominação de seus machos, mas ao mesmo tempo reforçavam

e comungavam com a opressão das mulheres negras. Não dá pra só discutir feminismo e esquecer que sou negra. Dentro do feminismo juntamos todas as mulheres, mas o problema que as mulheres negras passam no seu dia a dia, tem problema de gênero por sermos mulheres, pois todas podemos ser estupradas. (informação verbal)³⁹

Até este ponto, notamos uma forte integração entre a noção de gênero e raça. Adriana continua e os conecta com a noção de classe, fazendo um link entre relações de trabalho, racismo e as noções estruturas de responsabilização de gênero para determinados cuidados.

Mas em uma entrevista de emprego, você entra e eu não entro. Porque tem o fator racial determinando as relações de trabalho. Você é branca e tem dinheiro, eu sou pobre e sou negra. Você mora na Zona Sul e tem água encanada. Tem um setor da comunidade que a água não chega. Estão brigando há quarenta anos para ter o direito de ter água na bica. Sabe o que é isso, no século XXI, em um local que é manancial de água? Não há boa vontade do poder público de organizar o encanamento aqui. Não tem esgoto. Há alguns anos atrás eu cansei de andar com água no joelho e meu filho era pequeno. Nós todos pagamos impostos, mas em um determinado canto da cidade você vê o dinheiro sendo utilizado. Pro outro lado você não vê. O racismo segrega até na divisão da estrutura dos tributos: “Ah, pobre não precisa!” (informação verbal)⁴⁰

Para Edmeire a opressão laboral dentro de contexto neoliberal é um aspecto que afeta diretamente a população negra porque, segundo a entrevistada, o trabalho é associado a uma atividade serviçal e a população negra ainda é vista como população trabalhadora destinada a isso, ficando ainda sem seus direitos assegurados. Tem uma relação muito hierarquizada das relações de trabalho, é ainda muito explorada por conta deste imaginário. Martins complementa trazendo um exemplo prático a essa situação

Nós mulheres negras a gente sempre deixou nossos filhos. Deixamos para cuidar dos filhos de outras. Eu me lembro que com cinco anos eu já ficava em casa sozinha. Eu me lembro de estar sozinha em casa. Não tinha com quem deixar. Meu filho ficou na creche um tempo e depois foi uma mulher aqui no bairro que tomava conta. E era quem? Uma mulher negra, que vivia disso. Tomava conta do meu filho, tomava conta do filho da outra e de outra. A gente se ajuda, mas não consegue contar com o poder público. Tem algumas comunidades que tem mais creches, mas não é uma iniciativa dos gestores públicos de dar a creche para que nós mulheres consigamos ter

³⁹ Entrevista concedida por MARTINS, Adriana. Entrevista I. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (67 min).

⁴⁰ Entrevista concedida por MARTINS, Adriana. Entrevista I. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (67 min).

acesso ao mercado de trabalho. Quem cuida da humanidade somos nós mulheres. (informação verbal)⁴¹

Percebemos, portanto, que estruturalmente, para as entrevistadas não é possível pensar as relações de trabalho e as noções de classe fora de uma articulação direta com os elementos de gênero e raça.

3.6 Precarização

Um ponto também tratado com frequência pelas entrevistadas no curso das entrevistas foi a relação neoliberal com a precarização das condições de trabalho. Esta temática já problematizada no capítulo anterior quando analisada a Reforma Trabalhista, foi trazida dessa vez pelo crescimento do número de trabalhadores nas posições de entregadores e de motoristas de aplicativo. Esse processo de precarização dos direitos e das garantias dos trabalhadores que prestam serviços terceirizados às corporações organizadas em plataformas digitais passou a ser, informalmente, chamado de uberização das relações de trabalho.

Adriana Martins problematiza a questão trazendo pontos da realidade que percebe, tanto em sua comunidade quanto por sua experiência de engajamento nos movimentos sociais os quais faz parte

Então não tem trabalho pra essa juventude. O trabalho que a gente vê para essa juventude que tá aí não é nem de Uber, porque para ser Uber você tem que ter o carro. Aí você tem o que? As tais entregas destes *fast foods* da vida, para não fazer propaganda de nenhuma marca. E os meninos entregam de bicicleta ou quando consegue comprar uma moto, de moto. Porque se fosse uma política séria de trabalho, daria-se o transporte, daria-se o material de trabalho. Arcaria com as despesas da carteira de motorista que é uma coisa super cara. Meu filho estava numa história dessa. Eles trabalham doze, quatorze horas por dia. Se caso acidentar não tem nenhuma garantia. (informação verbal)⁴²

Para Graciela Rodriguez, não se trata de uma falta de estrutura para promover melhores condições de trabalho, mas sim de uma formalização da precarização, fortalecida no período pandêmico, mas que já vinha se desenhando aos longos do avanço neoliberal. Esta estruturação da subordinação, na forma da exploração da

⁴¹ Ibid

⁴² Entrevista concedida por MARTINS, Adriana. Entrevista I. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (67 min).

força de trabalho, demonstra como a sociedade reflete o imaginário coletivo de quem somos historicamente. Assim, com um imaginário coletivo que lida ainda muito mal com seu próprio passado, a imagem de certos trabalhadores ainda está fortemente atrelada a posição de um ser que existe para servir. Esta ideia, uma vez mais, se conecta a noção de imaginários coletivos e geração de identidade trabalhada por Fanon (1966).

Outro ponto no qual percebemos o diálogo dos relatos das entrevistadas com a teoria pesquisada e apresentada neste trabalho foi a relação do Estado no seu processo tanto de fazer política como de mediar interesses. Se antes na ciência política o papel do Estado era contrastado ao papel do mercado em um debate entre liberais e progressistas, agora cada vez mais se percebe uma absorção do Estado pelas grandes corporações neoliberais que, pouco a pouco, privatizam suas estruturas e fazem de suas bases, um organograma empresarial compatível à sua gestão. Nas palavras da entrevistada Graciela Rodriguez

O Estado reflete a sociedade. Ele está aí para servir as classes dominantes, então para mudarmos essas relações de trabalho as classes dominantes também tem que mudar a sua relação com o restante da sociedade. O nosso Estado brasileiro é um Estado comprometido com as classes dominantes e não com o bem estar do trabalhador. (informação verbal)⁴³

3.7 Informalidade

Dentro da discussão teste tópico em entrevista, alguns pontos ficaram evidentes, reforçando algumas teorias trabalhadas inicialmente no referencial teórico dessa pesquisa e outros que nos fizeram refletir sobre novos pontos de vista. O primeiro é a conexão indissociável entre formalidade e informalidade no Brasil, trazendo à tona a insuficiência da economia formal para dar conta do debate das relações de trabalho dentro do nosso contexto periférico.

Em entrevista foram ressaltadas questões estruturais do contexto trabalhista brasileiro, como o trabalho informal sem carteira assinada e por curtos e médios períodos de duração, conhecidos como “bicos”, até questões particulares da cadeia de dependência que se intensificou entre a formalidade e a informalidade no país no contexto pandêmico. Adriana Martins dá um exemplo prático da demonstração de

⁴³ Entrevista concedida por RODRIGUEZ, Graciela. Entrevista II. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (58 min).

como funciona este efeito de impacto na cadeia de retroalimentação entre a informalidade e a formalidade, dentro de uma perspectiva racial.

Quem compõe o trabalho informal? O povo negro, homens e mulheres. Durante a pandemia, naquele período que foi o *lockdown*, a gente sabe que o trabalho é uma cadeia. Tem a cabelereira do bairro. A cabelereira precisa da cliente. A cliente sou eu, que vendo, sei lá, capinha de celular e película de telefone. Eu não consigo vender e eu não tenho dinheiro para comprar comida, muito menos para arrumar o cabelo. Então com o fechamento na pandemia, você vai tendo impacto na informalidade. Ainda tem o impacto do setor cultural. Se não tem show, você não vai vender cerveja nem o lanchinho na porta. Nem a moça vai fazer o cabelo pra ir no show. A pandemia fez com que a economia (informal) não girasse. As trocas de serviço e por conseguinte o empobrecimento mesmo. O moço que ficava no ponto da Central lá do meu ônibus falava que o que ele conseguia vendendo, entrando e saindo do ônibus conseguia pagar a licença do carro dele, organizar as contas da casa. Então é uma pipoca, um negócio, que fazia com que a economia girasse. Mas e quando você tira isso? (informação verbal)⁴⁴

Outro ponto que emergiu nas estruturas, mas que não havia sido tratado no trabalho até então é a ligação da complacência neoliberal com a informalidade, mais especificamente dentro da ilegalidade. Para Graciela Rodriguez

O neoliberalismo precisa destas estratégias de fragmentação da sociedade porque ele tem um outro ponto muito forte que é o crescimento das ilegalidades em seu interior. O sistema capitalista cria um sistema cada vez mais difícil de separar uma economia formal da informal. A ilegalidade tem uma capilaridade na sociedade enorme. O dinheiro da ilegalidade irriga todos os campos da economia. É o tecido social que vai sendo afetado. (informação verbal)⁴⁵

De acordo com Edmeire Exaltação o neoliberalismo entende, assim como a população trabalhadora que “(...) você não vive se não tiver trabalho. Você não vive se não tiver dinheiro para viver, para suprir suas necessidades básicas.”. Assim se entende que ainda que marginalizada, todas as parcelas da sociedade vão encontrar seu modo de garantir a sobrevivência, seja de forma formal ou informal, dentro ou fora da legalidade.

Adriana Martins argumenta que parte da juventude negra nas comunidades, vivendo em situação de vulnerabilidade, vê como fonte de renda o varejo da droga que, segundo ela, ou mata ou coloca atrás das grades. A entrevistada descreve o

⁴⁴ Entrevista concedida por MARTINS, Adriana. Entrevista I. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (67 min).

⁴⁵ Entrevista concedida por RODRIGUEZ, Graciela. Entrevista II. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (58 min).

cenário como a geração de celas negreiras. Por fim, Martins resume que, ao seu ver, o neoliberalismo vem para aumentar a violência nas comunidades, tendo como meta e capacidade descartar certos seres humanos.

3.8 O papel dos movimentos sociais

Outro ponto levantado foi sobre o papel dos movimentos sociais para pensar o impacto neoliberal sobre as relações de trabalho no país. Como estes movimentos se relacionam com a noção de organização e consciência de classe, assim como com a percepção de como se dão estas transformações do neoliberalismo como sistema e como agente de transformação destas relações.

Segundo Edmeire Exaltação, um dos papéis chaves dos movimentos sociais que se dedicam a pensar as relações de trabalho, em especial de grupos específicos e minoritários enquanto organizações de poder é o de formar consciências. Para ela eles

Buscam explicar como a sociedade capitalista funciona, como o neoliberalismo funciona. O movimento de mulheres, nesse sentido, é um braço importantíssimo nas relações de trabalho neste país. É fundamental o papel dos movimentos sociais. É uma pena que as vezes a gente entre no canto, tanto da esquerda como da direita também, de achar uma solução apenas pensando partidariamente, enquanto não é. Temos que ter um compromisso de vida com a mudança. Aí não é partido, é a sociedade civil, todos juntos. (informação verbal)⁴⁶

Graciela Rodriguez pondera também que o papel dos movimentos sociais tem se transformado ao longo desse tempo, assim como o protagonismo dos atores envolvidos.

Acredito que os movimentos sociais, em particular os novos movimentos sociais, em especial as mulheres indígenas e as comunidades periféricas terão um papel cada vez mais central e não mais a classe trabalhadora dentro dos moldes formais. E nesse sentido entender como é a exploração das mulheres, das pessoas nas periferias, dos movimentos indígenas e sua relação com o território é fundamental para entender como serão as novas formas de existências e de luta. (informação verbal)⁴⁷

⁴⁶ Entrevista concedida por EXALTAÇÃO, Edmeire. Entrevista III. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (47 min).

⁴⁷ Entrevista concedida por RODRIGUEZ, Graciela. Entrevista II. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (58 min).

3.9 Mensagem a classe trabalhadora

Ao fim das entrevistas, foi pedido às entrevistadas que também refletissem sobre o que idealizariam enquanto trabalhadoras, mulheres e militantes antirracistas e feministas que a classe trabalhadora soubesse e que acreditavam que o neoliberalismo personificado enquanto estrutura de poder composta por camadas específicas da sociedade já sabia há tempos. Como resposta obtivemos os seguintes resultados. Para Adriana Martins

Nós temos que nos reorganizar. Nós seres humanos pobres precisamos ser capazes de perceber que nós podemos reverter todo o processo. O dia em que nós trabalhadores e trabalhadoras entendermos que a nossa capacidade de organização, ela tem a capacidade de fazer o sistema cair, qualquer sistema...eles sabem disso... é por isso que eles pegam logo na questão da educação. A nossa consciência é capaz de derrubar qualquer sistema se nós entendermos que somos capazes, nós vamos conseguir mudar as relações de força. (informação verbal)⁴⁸

Já na visão de Graciela Rodriguez

Gostaria que a classe trabalhadora tivesse esse véu da ingenuidade, de despolitização que a classe trabalhadora tem de pouquíssima consciência do caráter sobre explorador da elite brasileira, do caráter selvagem escravocrata, conservador, tudo que se possa dizer da elite brasileira que é extremamente gananciosa e um certo olhar sobre essa capacidade que o neoliberalismo tem de controlar não só os aspectos do poder econômico, mas os aspectos da vida democrática, da vida social, da vida cultural, da vida de expressões dos seres humanos e que fossemos capazes de buscar movimentos de liberdade, dentro dos diversos graus de escravidão que cada trabalhador sofre, de uma forma ou de outra. (informação verbal)⁴⁹

Por fim, Edmeire Exaltação expõe sua esperança através da seguinte análise para o futuro

O sistema pega pela barriga. Pega pelo seu salário. Você precisa trabalhar conseguir o salário para levar para casa, para a sua família. O sistema usa isso como uma ameaça mesmo. Então essa consciência é fundamental. A classe trabalhadora tem a força, de parar quando quiser e negociar quando ela quiser. E a consciência de que ela é explorada. Ela é o poder, o povo é o poder. (informação verbal)⁵⁰

⁴⁸ Entrevista concedida por MARTINS, Adriana. Entrevista I. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (67 min).

⁴⁹ Entrevista concedida por RODRIGUEZ, Graciela. Entrevista II. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (58 min).

⁵⁰ Entrevista concedida por EXALTAÇÃO, Edmeire. Entrevista III. [jun.2021]. Entrevistadora: Laura Gonçalves Barão. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp3 (47 min).

Assim como as entrevistadas, compartilhamos nossas esperanças e confiança nos movimentos de base para organização e proteção das conquistas da classe trabalhadora, especialmente neste contexto de expressão de tantos retrocessos. Sabemos que se trata de uma disputa de interesses histórica e de múltiplas nuances, haja vista nossa própria defesa da insuficiência da economia para dar conta de todo o debate, mas acreditamos que a consciências dos elementos colonialismo e patriarcado tem muito para somar a deste debate e aprofundar a qualidade dessas discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo pensar o impacto do neoliberal sobre as relações de trabalho no Brasil (1990-2020) assim como demonstrar as contribuições do estudo das dimensões ‘colonialismo’ e ‘patriarcado’ à discussão. Esta pesquisa cumpre com este objetivo e conseqüentemente, se faz relevante e necessária na medida em que questiona a maneira em que se estuda as relações entre o neoliberalismo e o mundo do trabalho. Se apresentou, por meio de aparato metodológico substancialmente teórico e com suporte empírico, como estas relações se dão em múltiplas arenas, para além da comumente trabalhada arena econômica. Conclui-se, portanto, que discutir o impacto do neoliberalismo sobre as relações de trabalho no Brasil, de 1990 a 2020, exige um trabalho de reconhecimento dos aspectos de raça e gênero, ou melhor dizendo, dos aspectos estruturalmente colonialistas e patriarcais comuns ao neoliberalismo, ao Estado brasileiro e ao tecido social nacional.

Assim, este trabalho tratou de demonstrar a urgência em se buscar compreender o neoliberalismo não como contraposição de forças em relação ao Estado, mas como ferramenta de aprofundamento destas estruturas, já enraizadas no mesmo, de manutenção e agravamento da desigualdade, segregação e desarticulação de reconhecimento dos trabalhadores diante de si mesmos e perante seus pares. Esta premissa fica evidente ao percebermos como, mesmo durante os governos progressistas - período metodologicamente definido como o segundo ciclo do neoliberalismo dentro do “recorte temporal” desta pesquisa - o neoliberalismo nunca rompeu, de fato, com o Estado brasileiro, ainda que se note uma abertura consideravelmente mais significativa às diretrizes deste sistema durante os ciclos liberais - identificados nesta pesquisa como o primeiro e o terceiro.

Buscou-se demonstrar, também, a insuficiência de se analisar o mundo do trabalho somente a partir de categorias isoladas, como a classe trabalhadora ativa, ou a partir, estritamente, das transformações das políticas trabalhistas. Isso porque, reconhecendo a integralidade do conceito de classe como abrangente dos atributos de gênero e raça, percebe-se como as relações sociais se constroem em uma indissociável conexão entre múltiplas determinantes.

Dessa forma, entender a complexidade da exclusão de grupos numericamente majoritários do cenário de protagonismo nas relações de trabalho parte da dedicação

do pesquisador de buscar compreender, primeiro, quem são estes trabalhadores e quais características comuns estes compartilham. Depois, por qual via política, senão a trabalhista, se deu esta exclusão. Finalmente, para onde vão estes grupos excluídos, buscando entender como o neoliberalismo e o Estado brasileiro seguem se relacionando com estes trabalhadores deliberadamente encaminhados às margens das relações de tomada de decisão, orientadas pelo capital financeiro internacional.

Quanto à metodologia escolhida para este trabalho, assim como qualquer outra, possui suas limitações em relação ao que permite pesquisar. O uso do método qualitativo de entrevistas semiestruturadas possibilitou conhecer com maior profundidade a vivência de trabalhadores que lutam há mais de três décadas por melhores condições de trabalho e que veem suas vivências afetadas pelo impacto negativo do neoliberalismo, associado às estruturas colonialistas e patriarcais, sobre suas relações de trabalho. Contudo, este mesmo método, por visar o aprofundamento dos conhecimentos destas vivências, não permite ou pelo menos, não viabiliza entrevistar um grande universo de trabalhadores, limitando a possibilidade de inferência de pressupostos e generalizações do cenário analisado. Isso porque as entrevistas funcionam como exemplos e não como modelos, pois pelo número mais reduzido de entrevistados, característico desse tipo de metodologia, estes não podem ser tratados sequer como porta vozes dos movimentos sociais os quais fazem parte.

Para além da limitação metodológica, tivemos também a limitação contextual. Esta limitação não se justifica por si só, mas se mostrou como um obstáculo justamente por agravar as limitações da metodologia escolhida para a pesquisa. Falamos aqui do contexto pandêmico, onde os movimentos sociais se puseram ainda mais ativos e o distanciamento social se tornou fortemente recomendável. Dessa forma, a viabilidade de se obter as entrevistas foi consideravelmente reduzida, haja vista que a pesquisa não era e nem tinha a pretensão de ser, prioridade na lista de atividades a se cumprir pelos trabalhadores militantes dos movimentos sociais entrevistados.

Aproveitamos para indicar como possibilidade futura dessa pesquisa, que pretendemos trabalhar a temática, esperançosamente em uma breve oportunidade, e dar continuidade a estes estudos com o enfoque na temática da incorporação neoliberal da ilegalidade. Este elemento foi notoriamente relevante e fundamental para aprofundar a compreensão das relações de trabalho no Brasil, ainda que não tenham sido o objeto central do estudo. Isso pois, a ilegalidade se mostrou, por vezes, como

conexão entre a formalidade e a informalidade, em um processo de retroalimentação fortemente atrelada as estruturas tanto do colonialismo quanto do patriarcado.

Assim, encerramos esta pesquisa já comunicando o interesse e dedicação aos estudos da nova abordagem. Aspiramos como referencial teórico inicial deste novo ciclo as pesquisas de Ruy Braga⁵¹ sobre a temática da 'Política do Precariado', as contribuições de Ludmilla Costhek Abílio⁵² e de Ricardo Antunes⁵³ sobre a uberização das relações de trabalho tomando em consideração a particularidade do efeito sobre as mulheres e os estudos de Kíssila Teixeira Mendes⁵⁴ sobre a criminalização da pobreza dentro do cenário neoliberal.

⁵¹ Professor e pesquisador da USP e sociólogo do trabalho, especialista nos estudos sobre as relações de trabalho e o desenvolvimento do neoliberalismo no sul global.

⁵² Pós doutora em ciências sociais e pesquisadora do CESIT, onde tem como atual objeto de estudo as políticas de austeridade e as transformações do trabalho no Brasil associada à uberização do trabalho.

⁵³ Professor da Unicamp e sociólogo do trabalho, especialista em uberização das relações de trabalho, tomando em consideração a dimensão de gênero da classe trabalhadora.

⁵⁴ Doutoranda e pesquisadora da UFJF, especialista em psicologia social, estudos sobre violência e exclusão social e políticas públicas de segurança pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais, **Sociedade e Estado**. v. 34, n. 01, 2019. Dossiê: Tecnologia e mercados culturais.

ANTUNES, T.C.; OLIVEIRA, L.J.; FERRER, W.M.H. A reforma da legislação trabalhista brasileira e o mito da hipersuficiência do trabalhador em uma economia globalizada. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, v. 5, p. 2069-2088, 2019.

ASSIS, W.F.T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n. 72, p.613-627, 2014.

BALIBAR, É.; WALLERSTEIN, I **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2021.

BANCO MUNDIAL. **Uma revolução silenciosa muda a vida de milhões no Brasil e no mundo**. On line. Press Release, 2007.

BANDEIRA, L.A.M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v.45, n. 2, pp. 135-146, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292002000200007> . Acesso em: 20 mar. 2021.

BATISTA, P.N. **O Consenso de Washington: a Visão Neoliberal dos Problemas Peres**, 1994. Disponível em: https://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossi e/noqueira94/nog94-cons-washn.pdf . Acesso: 18 set. 2020.

BOITO JÚNIOR, A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, n. 3, São Paulo, 1996. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/CM3armando.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

BOURDIEU, P. **Las estructuras sociales de la economia**. Buenos Aires: Manatíal, 2001.

———. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL, Empresa Brasil de Comunicação, **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged**, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-03/apos-7-anos-em-queda-diferenca-salarial-de-homens-emulheres#:~:text=Em%202018%2C%20chegou%20a%20ser,%2C%20mulheres%2C%20R%24%202.680> . Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL, **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.41, p.12, 2020a. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/negros-sao-maioria-dos-desempregados-no-brasil-mulheres-seguem-recebendo-menores-salarios/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Reforma trabalhista e suas implicações no acesso à justiça**: uma perspectiva da pesquisa empírica em direito. 2020b. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10412> . Acesso em: 9 maio 2021.

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas**. Brasília, 2015.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.

CLARKE, J. Living with/in and without neoliberalism. **Focaal**, v. 51, n. 1, p. 135- 147, 2008.

COMTE M. Três Milhões de desempregados. In: BESSON, J.L. (org.), **A Ilusão das Estatísticas**. Tradução de Emir Sader. São Paulo: UNESP, 1995.

COSTA, L.S. **O Desemprego e seus indicadores**. UNICAMP, 2002.

DAVIES, W. **The limits of neoliberalism**. Authority, sovereignty and the logic of competition. Los Angeles; London; New Delhi: Sage, 2014.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FANON, F. **Sociologie d'une révolution**. Paris, Maspero, 1966.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREYSSINET, J. **Le chômage**. Paris: La Découverte, 1991.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. Tirania do status quo. Rio de Janeiro: Record, 1984.

GOMES, S.S.R. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda - o caso do Bolsa Família no Brasil. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 69 - 81, jan./jul. 2011.

HARVEY, D. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v.12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

KREIN, J.D. Balanço da Reforma Trabalhista do Governo FHC. In: PRONI, M.W.; HENRIQUE, W. (Orgs.). **Trabalho, mercado e sociedade**: o Brasil nos anos 90. São Paulo: UNESP, 2003, p. 279-321.

KRENAK, A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LÓPEZ, E. (org.). **As veias do Sul continuam abertas**: debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARIANO, C.M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gatos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 259-281, 2017.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. Tradução João Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

———. **O Capital** – Livro III, Vol. 6. – O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

NOGUEIRA, C.M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, ano IV, n.6, 2010.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C.S. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ONOFRE, G.F. **O papel dos intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX**. Orientadora: Cecília da Silva Azevedo. 2018. 368f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2018.

PATMAN, C. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

PECK, J. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford (UK): Oxford University, 2010.

POULANTZAS, N. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas: Unicamp, 2019.

PRÉVOTAUX, J. A armadilha da Europa neoliberal História. **História**. São Paulo, v.25, n.2, p.228-242, 2006.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: _____.(org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. Rio de Janeiro/São Paulo: FLACSO Brasil/Boitempo, 2013. pp. 135-144.

SANDEFUR, R.L. Access to justice: classical approaches and new directions. **Access to justice**: sociology of crime, law and deviance, v. 12, p. 9-17, 2009.

SEFAIR, C., CUTRIM, I. **A Necropolítica Neoliberal e as Políticas de Austeridade no Governo de Jair Bolsonaro: as Reformas, as mulheres e a cidade**. 2019.

SILVA, L.I.L. O necessário, o possível e o impossível (entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). In: SADER, E. (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. Rio de Janeiro/São Paulo: FLACSO Brasil/Boitempo, 2013. pp. 9-30.

SILVA, M.A. Análise crítica da proposta de reforma da previdência social no Brasil entre os anos 2016 e 2018. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.135, p. 213-230, 2019.

SODRÉ, N.W. **Introdução à revolução brasileira**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

VENUGOPAL, R. Neoliberalism as concept. **Economy and Society**, v. 44, n. 2, p. 165- 187, 2015.

WACQUANT, L. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. **Social Anthropology**, v. 20, n. 1, p. 66-79, 2012.